

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA

Nº PROCESSO

DATA

1323

16/10/2016

INTERESSADO:

Fundo de manutenção e desenvolvimento de Educação Básica

ASSUNTO:

Locação de um imóvel - U.S. Sinto Antenor (Ponto 03)

INEX. 22/2016



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Barra do Corda - MA, 16 de abril de 2026

Pelo presente instrumento, em atendimento à Lei 14.133/2021, na qualidade de ordenador de despesas do **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB**, autorizo a contratação através de procedimento licitatório nos termos do Documento de Formalização da Demanda – DFD. Encaminhar-se-á ao setor de protocolo para adoção das providências necessárias à abertura do processo de contratação.

Unidade Requisitante

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, 18.172.388/0001-73

João Pedro Freitas da Silva Filho

Objeto

Locação de 01 (um), imóvel para abrigar as instalações destinadas ao funcionamento, de forma provisória, da **U.I. SANTO ANTONIO (PONTO 03), localizado na Rua São José, nº 39, Vila Nenzinho, Zona urbana do Município de Barra do Corda - MA.**

Cumprimentando-a cordialmente estamos encaminhando a documentação exigida conforme decreto nº 141 de 29 de dezembro de 2023, para eventual Locação de 01 (um), imóvel para abrigar as instalações destinadas ao funcionamento, de forma provisória, da **U.I. SANTO ANTONIO (PONTO 03), localizado na Rua São José, nº 39, Vila Nenzinho, Zona urbana do Município de Barra do Corda - MA**, por um período de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato.

A Secretaria Municipal de Educação não possui espaços suficientes e disponíveis para suas acomodações, assim, se faz necessário que haja imóveis desocupados à disposição de locação, pois a mesma necessita abrigar as instalações de forma provisória para o funcionamento da **U.I. SANTO ANTONIO (PONTO 03), localizado na Rua São José, nº 39, Vila Nenzinho, Zona urbana do Município de Barra do Corda - MA.**

O imóvel objeto do presente processo tem que ser **localizado na Rua São José, nº 39, Vila Nenzinho, Zona urbana do Município de Barra do Corda - MA**, com fácil acessibilidade, e com características apropriadas para o serviço em tela, com espaço suficiente para que o município possa realizar a instalação de cadeiras, mesas e ventiladores, para acomodação de um total de **489 alunos**, uma vez que o espaço conta ainda com:

- Local coberto e arejado;
- Rede de abastecimento de água;
- Rede de abastecimento de energia elétrica;
- Rede de iluminação pública;

Tratam-se de melhorias em torno da região, podendo ser: comércios, panificadoras, igrejas, escolas, entre outros que viabilizem a movimentação de pessoas, não deixando o local deserto.



A locação do imóvel localizado na Rua São José, nº 39, Vila Nenzinho, Zona urbana do Município de Barra do Corda - MA, pela prefeitura visa proporcionar um ambiente seguro e estruturado para o alojamento de alunos, garantindo acesso à educação de qualidade e promovendo diversos benefícios para a comunidade local.

As principais justificativas para a locação do presente imóvel, se fundamentam nos seguintes pontos positivos, que incluem:

- **Facilidade de acesso à educação** – A estrutura locada permite a acomodação adequada dos estudantes, reduzindo desafios relacionados a transporte e deslocamento diário;
- **Inclusão e igualdade educacional** – A ocupação do imóvel garante que mais alunos tenham acesso a um ambiente de aprendizado bem estruturado, promovendo equidade entre estudantes de diferentes bairros;
- **Valorização da localidade urbana** – A presença de uma unidade educacional na área fortalece o desenvolvimento regional, estimulando investimentos públicos e privados em infraestrutura;
- **Fomento ao comércio local** – O aumento da circulação de estudantes, professores e servidores impulsiona pequenos negócios, como papelarias, restaurantes e transporte escolar, dinamizando a economia da região;
- **Melhoria na infraestrutura urbana** – A necessidade de adequação do entorno ao uso educacional pode motivar melhorias em iluminação pública, segurança e acessibilidade, beneficiando moradores e comerciantes;
- **Fortalecimento dos laços comunitários** – O imóvel pode se tornar um espaço para eventos educacionais e culturais, promovendo maior interação entre estudantes, familiares e a sociedade;
- **Uso responsável e sustentável do espaço** – A locação pela prefeitura garante a preservação e manutenção do imóvel, evitando abandono e contribuindo para a ordenação urbana.

Dessa forma, além de atender diretamente às necessidades educacionais dos alunos, a locação do imóvel pela prefeitura gera impactos positivos para a comunidade urbana, reforçando o compromisso com o desenvolvimento social e econômico da região.

O imóvel, no qual tem por objeto este processo de inexigibilidade, possui terreno amplo, contendo todas características adicionais citadas no laudo técnico de vistoria e avaliação anexadas no presente processo.

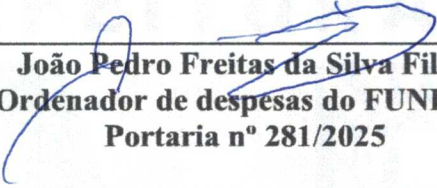
O referido imóvel possui Hall de Entrada, Hall de circulação, Salas, Quartos, Banheiros, Cozinha, Garagem, Outras Dependências externas, instalações elétricas e instalações hidro sanitária.



No mesmo sentido, tem-se como características do local onde a edificação está inserida: imóvel com iluminação pública, calçadas, ruas com fácil acesso, coleta de lixo e vias vicinais tráfegáveis.

O imóvel, visa preencher as devidas exigências da Secretaria Municipal de Educação para abrigar, de forma temporária, as instalações destinadas ao funcionamento da **U.I. SANTO ANTONIO (PONTO 03)**, localizado na **Rua São José, nº 39, Vila Nenzinho, Zona urbana do Município de Barra do Corda - MA.**

Sem mais subscrevemo-nos


João Pedro Freitas da Silva Filho
Ordenador de despesas do FUNDEB
Portaria nº 281/2025



PORTARIA Nº 192/2025 – GAB, DE 19 DE MARÇO DE 2025.

“NOMEIA OCUPANTE PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO INTERINO DA EDUCAÇÃO E DE GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO E DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA – MA.”

RIGO ALBERTO TELES DE SOUSA, Prefeito do Município de Barra do Corda, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - **NOMEAR, JOÃO PEDRO FREITAS DA SILVA FILHO**, inscrito no CPF sob o nº 569.930.214-04, para exercer o cargo em comissão de **SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO INTERINO E DE GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO E DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** do município de Barra do Corda – MA.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Corda, Estado do Maranhão, ao dezenove de março de dois mil e vinte e cinco.

Dê-se Ciência.
Publique-se e Cumpra-se.


RIGO ALBERTO TELES DE SOUSA
Prefeito do município de Barra do Corda – MA



PORTARIA Nº 129/2025 – GAB, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2025.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA – MA.”

RIGO ALBERTO TELES DE SOUSA, Prefeito Municipal de Barra do Corda, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, RAFAEL SANTOS ARRUDA, inscrito no CPF sob o nº 054.036.353-78, para exercer a função de **Fiscal de Contratos da Secretaria de Educação** do município de Barra do Corda – MA.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos desde o dia dois de janeiro do ano corrente, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Corda, Estado do Maranhão, aos quatorze de fevereiro de dois mil e vinte e cinco.

Dê-se Ciência.

Publique-se e Cumpra-se


RIGO ALBERTO TELES DE SOUSA

Prefeito do município de Barra do Corda – MA

PORTARIA Nº 548/2025 – GAB, DE 11 NOVEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO PARA RESPONDER PELA FUNÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, EQUIPE DE APOIO E PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDAMA, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DECRETO MUNICIPAL N.º 138 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA/MA, em pleno exercício do cargo e usando de suas atribuições e prerrogativas legais e atribuídas pela Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o **Sr. Bruno de Araújo Akashi** para responder, pela função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e presidente da Comissão Permanente de Contratação do Município de Barra do Corda, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e decreto municipal nº 138/2023.

Parágrafo Único: Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Art. 2º - Designar o **Sr. Bruno de Araújo Akashi**, para atuar como Pregoeiro, conforme o disposto no art. 3º, §3º do decreto nº. 138/2023.

Art. 3º - O AGENTE DE CONTRATAÇÃO e PREGOEIRO, deverão:

- I - tomar decisões acerca do procedimento licitatório;
- II - acompanhar o trâmite da licitação, zelando pelo seu fluxo satisfatório, desde a fase preparatória;
- III - dar impulso ao procedimento licitatório, em ambas as suas fases e em observância ao princípio da celeridade; e
- IV - executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.



Art. 4º - Ficam designados os servidores abaixo relacionados como membros da Comissão Permanente de Contratação, que auxiliará o Agente de Contratação, na condução dos processos licitatórios:

I – Sra. Antônia Leilani Avelino Pacheco Pires – Membro;

II – Sra. Simone Lopes dos Santos – Membro.

Art. 5º - Ficam designados os servidores abaixo relacionados como membros da equipe de apoio, que auxiliará o Pregoeiro, na condução dos processos licitatórios:

I – Sra. Antônia Leilani Avelino Pacheco Pires - Membro

II - Sra. Simone Lopes dos Santos – Membro.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Corda, Estado do Maranhão, aos
onze de novembro de dois mil e vinte e cinco.

Dê-se Ciência.

Publique-se e Cumpra-se

**RIGO ALBERTO TELIS
DE
SOUSA:25302655349**

Assinado de forma digital por RIGO ALBERTO TELIS DE
SOUSA:25302655349
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5,
ou=11067126000108, ou=Presencial, ou=Certificado PF
A1, cn=RIGO ALBERTO TELIS DE SOUSA:25302655349
Dados: 2025.11.11 15:37:02 -03'00'

RIGO ALBERTO TELES DE SOUSA
Prefeito Municipal de Barra do Corda- MA.

PROPOSTA DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL



1 - DADOS DO IMÓVEL

Rua São José, N 39, Vila Nenzinho, Zona Urbana, contendo todas as características adicionais citadas no laudo técnico de vistoria e avaliação anexada neste processo.

2 - DADOS DO LOCADOR

Francisco Luz Costa, inscrito no CPF sob o nº 745287343-20 RG 053651182014-0.

3 - DADOS DO PROPONENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA, CNPJ Nº 06.769.798/0001-17, R. Isaac Martins, 297 - Centro, Barra Do Corda - MA, 65950-000.

4 - CONDIÇÕES

Pelo presente e na melhor forma de direito, para LOCAÇÃO do imóvel acima a seguinte forma e condições:

Valor de locação mensal: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais);

Valor de locação anual: R\$ 26.400,00 (vinte quatro mil e quatrocentos reais);

Finalidade: Locação de 01 (um), imóvel para abrigar as instalações destinadas ao funcionamento, de forma provisória, da U. I. **Santo Antonio (ponto 03)**, localizada Rua São José, N 39, Vila Nenzinho, Zona Urbana do Município de Barra do Corda;

Período de locação: 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato;

A presente proposta tem validade de **90 (Noventa) dias**. O locatário está ciente que após o recebimento das chaves o mesmo irá pagar todos os valores relacionados ao imóvel, bem como Aluguel, Água e Luz, os pagamentos de aluguel se darão através de depósito em conta em nome do Sr.: Francisco Luz Costa

Barra do Corda/MA 24 de abril de 2026.

Francisco Luz Costa

FRANCISCO LUZ COSTA

“LAUDO TÉCNICO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO”

ÓRGÃO REQUISITANTE E FINALIDADE/ÓRGÃO USUÁRIO

ÓRGÃO REQUISITANTE: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB

FINALIDADE/ÓRGÃO USUÁRIO: Serviço de Atendimento ao aluno(a) e corpo docente.

PROPRIETÁRIO

FRANCISCO LUZ COSTA, brasileiro, casado, lavrador, portador da CIRC n 053651182014-0 SSP/MA e inscrito no CPF/MF nº. 745.287.343-20, residente domiciliado na Rua São José, casa 39, Vila Nenzim, Barra do Corda - MA.

ENDEREÇO DO IMÓVEL

LOCALIZAÇÃO	☒ URBANO	☐ RURAL
BAIRRO: ALTAMIRA		
TIPO DO IMÓVEL	☒ CASA ☐ PRÉDIO ☐ CONJ. ☐ GALPÃO ☐ ESCOLA ☐ OUTROS	
TERRENO MURADO	☐ SIM	☒ NÃO

CARACTERÍSTICA DO LOCAL ONDE A EDIFICAÇÃO ESTÁ INSERIDO:

☒ Iluminação Pública ☒ Calçadas ☒ Ruas com fácil acesso ☐ Coleta de esgoto
☒ Água encanada ☒ Poço ☒ Cisterna ☒ Coleta de lixo

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL: ☒ excelente ☐ bom ☐ regular ☐ ruim

Quantos compartimentos há no imóvel informado: 12

Compartilhamento existentes: Indicar resumidamente com “X” apenas a situação: SIM ou NÃO.

- 01 - Hall de entrada;
- 02 - Hall de circulação;
- 03 - Escadas;
- 04 - Salas;
- 05 - Quartos;
- 06 - Banheiros;
- 07 - Cozinha;
- 08 - Outras dependências;
- 09 - Nas dependências externas;
- 10 - Garagem;

☒ SIM	☐ NÃO
☒ SIM	☐ NÃO
☒ SIM	☐ NÃO
☒ SIM	☐ NÃO
☒ SIM	☐ NÃO
☒ SIM	☐ NÃO
☒ SIM	☐ NÃO
☒ SIM	☐ NÃO
☒ SIM	☐ NÃO
☒ SIM	☐ NÃO

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

ESTADO GERAL DO IMÓVEL:

a) Piso	☒ BOM	☐ REGULAR	☐ RUIM	☐ NÃO EXISTE
b) Telhado	☒ BOM	☐ REGULAR	☐ RUIM	☐ NÃO EXISTE
c) Parede	☒ BOM	☐ REGULAR	☐ RUIM	☐ NÃO EXISTE
d) Porta	☒ BOM	☐ REGULAR	☐ RUIM	☐ NÃO EXISTE
e) Janela	☒ BOM	☐ REGULAR	☐ RUIM	☐ NÃO EXISTE
f) Rodapé	☒ BOM	☐ REGULAR	☐ RUIM	☐ NÃO EXISTE
g) Pintura	☒ BOM	☐ REGULAR	☐ RUIM	☐ NÃO EXISTE
h) Instalações elétricas	☒ BOM	☐ REGULAR	☐ RUIM	☐ NÃO EXISTE
i) Instalações hidros sanitárias	☒ BOM	☐ REGULAR	☐ RUIM	☐ NÃO EXISTE



Descrição geral:

PERFEITO ESTADO

CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Cobertura
MADEIRA E TELHA CERÂMICA

Alvenaria
TIJOLO CERÂMICO

Pisos e Revestimentos
PORCELANATO

Forro
GESSO

Esquadrias
ALUMÍNIO, VIDRO, MADEIRA

Pinturas
LATEX SEMIBRILHO

Ventilação
MECÂNICA

AValiação DO VALOR DA LOCAÇÃO DO IMÓVEL:

Pela análise e vistoria realizada no presente imóvel e levando em conta a sua situação geral e a localização, atesto que o valor de mercado para a locação do mesmo foi avaliado no valor de até

R\$ 2.200,00

Data: 27/04/2026

Fernando de Lucena Moreira
FERNANDO DE LUCENA MOREIRA
ENGENHEIRO CIVIL CREA- MA 111517586-6







Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MA20261055-17

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão



1. Responsável Técnico

FERNANDO DE LUCENA MOREIRA
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 1115175866
Registro: 1115175866MA

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA
RUA RUA ISAAC MARTINS
Complemento: PROX AO CORREIO
Cidade: BARRA DO CORDA

Bairro: CENTRO
UF: MA

CPF/CNPJ: 06.769.798/0001-17
Nº: 371

CEP: 65.500000

Contrato: Não especificado
Valor: R\$ 2.200,00
Ação Institucional: Outros

Celebrado em:
Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

3. Dados da Obra/Serviço

RUA SÃO JOSÉ
Complemento:
Cidade: BARRA DO CORDA
Data de início: 30/04/2026
Finalidade:
Proprietário: FRANCISCO (FRANCISCO LUZ COSTA)

Bairro: VILA NENZIM
UF: MA
CEP: 65.500000
Previsão de término: 30/04/2027
Coordenadas Geográficas: -5.492456, -45.274777
Código: Não Especificado
CPF/CNPJ: ***.287.343-**

4. Atividade Técnica

Atividade	Quantidade	Unidade
14 - Elaboração		
66 - Laudo > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO	250.00	m²
MATERIAIS MISTOS		

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ART REFERENTE A LAUDO, PARA REDEFINIÇÃO DO VALOR DE ALUGUEL DE UM IMÓVEL LOCALIZADO: FRANCISCO LUZ COSTA, brasileiro, casado, lavrador, portador da CPMF nº 95.051182014-5/SP/MA e inscrito no CPF/MF nº. 745.287.343-20, residente domiciliado na Rua São José, casa 39, Vila Nenzim, Barra do Corda.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004 e 9451/2003.

7. Entidade de Classe

SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Assinatura verdadeira das informações acima

FERNANDO DE LUCENA MOREIRA - CPF: ***.048.523-**

Local: _____ data: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA - CNPJ: 06.769.798/0001-17

9. Informações

10. Valor





CREA-MA

Conselho Regional de Engenharia e
Agronomia do Estado do Maranhão
CNPJ: 06.062.038/0001-75

Avenida dos Holandeses, Quadra 35,
Lote 8, Calhau, São Luís/MA
CEP: 65071-380
Tel: + 55 (98) 2106-8300

COBRANÇA DE A.R.T.

Pagador
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA
CPF/CNPJ
06.769.798/0001-17
Endereço
RUA RUA ISAAC MARTINS, 371, PROX AO CORREIO
CENTRO - BARRA DO CORDA - MA - 65950000



Representação numérica: 00190.00009 03711.056832 07101.534175 3 14420000010839

Agência / Código Beneficiário
5750-9 / 194-5

Número do Documento
37110568307101534-7

Data Emissão
30/04/2026

Data Vencimento
10/05/2026

Parcela
1/1

Valor do Documento
R\$ 108,39

Detalhes da Cobrança

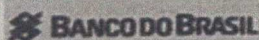
ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

MA20261055510

R\$ 108,39

RECIBO DO PAGADOR

Autenticação Mecânica



Banco
001-9

00190.00009 03711.056832 07101.534175 3 14420000010839

Local de Pagamento						Vencimento	
PAGAMENTO EM QUALQUER BANCO						10/05/2026	
Beneficiário						Agência / Código Beneficiário	
CREA-MA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão						5750-9 / 194-5	
Data Documento	Nº do Documento	Espécie Doc.	Acerto	Data Processamento	Nosso Número		
30/04/2026	8307101534	DM	N	30/04/2026	37110568307101534-7		
Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda	Quantidade Moeda	Valor Moeda	[=] Valor do Documento		
	17	R\$		X	108,39		
Instruções (Texto de responsabilidade do beneficiário) PAGAMENTO EM QUALQUER BANCO REFERENTE À COBRANÇA DE A.R.T.						(-) Desconto	
						(-) Outras Deduções / Abatimento	
						(*) Mora / Multa / juros	
						(*) Outros Acréscimos	
Unidade Beneficiada						[=] Valor Cobrado	
CREA-MA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão						qrCode PIX	
06.062.038/0001-75							
Avenida dos Holandeses, Quadra 35, Lote 8, Calhau, São Luís/MA							
Pagador							
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA							
06.769.798/0001-17							
RUA RUA ISAAC MARTINS, 371, PROX AO CORREIO							
CENTRO - BARRA DO CORDA - MA - 65950000							

Código de Baixa

Autenticação Mecânica





Emissão de comprovantes



07/05/2026 08:04:42
60707590901341

07/05/2026 - BANCO DO BRASIL - 08:04:39
078200782 0001

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: TRIBUTOS PREF BARRA CORDA
AGENCIA: 0782-X CONTA: 561-4

BANCO DO BRASIL

00190000090371105683207101534175314420000010839

BENEFICIARIO:

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA

NOME FANTASIA:

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E A

CNPJ: 06.062.038/0001-75

BENEFICIARIO FINAL:

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E A

CNPJ: 06.062.038/0001-75

PAGADOR:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CO

CNPJ: 06.769.798/0001-17

NR. DOCUMENTO 50.601

NOSSO NUMERO 37110568307101534

CONVENIO 03711056

DATA DE VENCIMENTO 10/05/2026

DATA DO PAGAMENTO 06/05/2026

VALOR DO DOCUMENTO 108,39

VALOR COBRADO 108,39

NR.AUTENTICACAO 3.6A8.56A.F6C.76F.EA8

Central de Atendimento BB

4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas

0800 729 0001 Demais localidades.

Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB

0800 729 0722

Informacoes, reclamacoes, cancelamento de produtos e servicos.

Ouvidoria

0800 729 5678

Reclamacoes nao solucionadas nos canais habituais agencia, SAC e demais canais de atendimento.

Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala

0800 729 0088

Informacoes, reclamacoes, cancelamento de cartao, outros produtos e servicos de Ouvidoria.



PORTARIA Nº 421/2025 – GAB, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025.

"NOMEIA OCUPANTE PARA O CARGO DE FISCAL DE CONTRATOS DE OBRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED DO MUNICIPIO DE BARRA DO CORDA – MA."

RIGO ALBERTO TELES DE SOUSA, Prefeito do Município de Barra do Corda, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais;

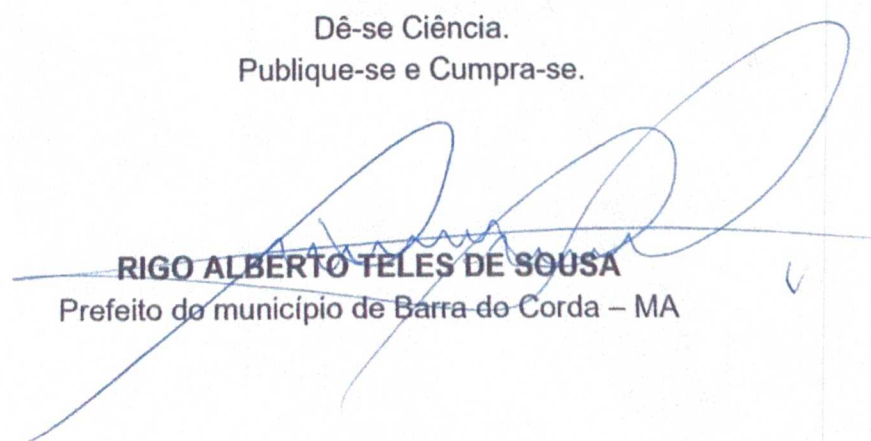
RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, FERNANDO DE LUCENA MOREIRA, inscrito no CPF sob o nº 059.048.523-71, para exercer o cargo de **Fiscal de Contratos de Obras** na Secretaria Municipal de Educação - SEMED do Município de Barra do Corda, do Estado do Maranhão.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos desde aos dias dezoito de agosto de dois mil e vinte e cinco, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Corda, Estado do Maranhão, aos dias vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e cinco.

Dê-se Ciência.
Publique-se e Cumpra-se.


RIGO ALBERTO TELES DE SOUSA
Prefeito do município de Barra do Corda – MA

CONTRATO DE COMPRA E VENDA



Eu, **MARINA DE ALMEIDA COSTA**, brasileira, solteira, lavradora, portadora da CL RG nº. 069658742019-1 SSP/MA e inscrita no CPF/MF nº. 043.224.861-77, residente e domiciliada na Rua São José, casa 39, Vila Nenzim, Barra do Corda – MA.

Declaro para os devidos fins de direito a quem convier que vendi ao Sr. **FRANCISCO LUZ COSTA**, brasileiro, casado, lavrador, portador da CLRG nº. 053651182014-0 SSP/MA e inscrito no CPF/MF nº. 745.287.343-20, residente e domiciliado na Rua São José, casa 39, Vila Nenzim, Barra do Corda – MA. Uma casa toda construída no tijolo de furo, madeira cerrada e coberta com telhas, rebocada por dentro e por fora, contendo 9 (nove) cômodos, sendo eles: 01 sala, 03 quartos, 1 copa-cozinha, 2 banheiro e 02 áreas. A casa possui as seguintes medidas: 6,0 (seis) metros de frente com 24 (vinte e quatro) metros de fundo. Totalizando uma área de 144m² (cento e quarenta e quatro metros quadrados) e cuja unidade consumidora 301002296 encontra-se em meu nome. O imóvel está localizado na rua Santa Quitéria s/n, Nova Tezidela, Barra do Corda – MA. Pela importância supra de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Pagamento feito à vista.

Declaro ainda que já recebi a importância supracitada em moeda corrente e legal do país e da qual lhe dou plena, geral e irrevogável quitação de pagamento, ao mesmo tempo em que lhe transfiro todos os direitos, domínios, posse e ação que vinha exercendo até a presente data sobre o imóvel aludido do qual poderá o comprador empossar – se como seu que ora em diante passa a ser por bem desta declaração. Por fim pelo comprador nos foi dito que aceita esta declaração em todos os seus termos.

Barra do Corda – MA, 20 de janeiro de 2026

Marina Almeida Costa

MARINA DE ALMEIDA COSTA

Vendedor (a)

Francisco Luz Costa

FRANCISCO LUZ COSTA

Comprador (a)

TESTEMUNHAS:

1 _____

CPF:

2 _____

CPF:



Valide aqui
este documento



ESTADO DO MARANHÃO
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
CNPJ - MF nº 11.463.556/0001-30
Comarca de Barra do Corda - Maranhão
Fábio Salomão Lemos
Tabellião de Notas e Protestos e Oficial do Registro de Imóveis



CERTIDÃO NEGATIVA

Eu, Fábio Salomão Lemos, Tabelião e Oficial do 1º Ofício Extrajudicial de Barra do Corda, Estado do Maranhão, em pleno exercício, na forma da lei.

CERTIFICO que foram procedidas as buscas necessárias nos livros e sistema de **REGISTRO DE IMÓVEIS**, desta Serventia, sendo certo que não foi encontrado registro imobiliário em nome da **FRANCISCO LUZ COSTA**, inscrito no CPF sob o nº 745.287.343-20.

CERTIFICO por derradeiro, que a presente Certidão somente se refere ao(s) nome(s) e número(s) como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia do respectivo pedido. O referido é verdade e dou fé. Expedida a presente certidão aos 23/01/2026. EU, Emylli Lavygne de Freitas Cavalcante - Escrevente do Cartório do 1º Ofício Extrajudicial de Barra do Corda-MA, a digitei, e conferi.

Barra do Corda – MA, 23 de janeiro de 2026.
Emylli Lavygne de Freitas Cavalcante
Escrevente I
Assinado digitalmente

Poder Judiciário – TJMA
Selo: BURIL030155UDPCWCMXRJKFW211
23/01/2026 08:47:31, Ato: 16.25.8, Parte(s): FRANCISCO LUZ COSTA
Total R\$ 69,61 Emol R\$ 62,15 FERC R\$ 1,86 FADEP R\$ 2,49 FEMP R\$ 2,49 FERRFIS R\$ 0,62 Consulte
em <https://selo.tima.jus.br>



Poder Judiciário – TJMA
Selo: CERIMV030155LV86X1DY93M90W92
23/01/2026 08:47:32, Ato: 16.24.1, Parte(s): FRANCISCO LUZ COSTA
Total R\$ 53,58 Emol R\$ 47,84 FERC R\$ 1,44 FADEP R\$ 1,91 FEMP R\$ 1,91 FERRFIS R\$ 0,48 Consulte
em <https://selo.tima.jus.br>



Valide este documento clicando no link a seguir: <https://assinador-web.onr.org.br/docs/RNUZZ-H7CLT-CADMW-W9DMT>



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 034623/26

Data da Certidão: 09/02/2026 17:04:57

**CPF/CNPJ 74528734320 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE
CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.**

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 10/05/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 09/02/2026 17:29:36



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 008174/26

Data da Certidão: 27/01/2026 10:53:02

CPF/CNPJ CONSULTADO: 74528734320

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 27/04/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 27/01/2026 10:53:02



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



1 de 1

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

CPF: 745.287.343-20

Certidão nº: 5502555/2026

Expedição: 27/01/2026, às 10:46:24

Validade: 26/07/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que o CPF sob o nº **745.287.343-20**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

Certidão expedida sem indicação do nome/razão social, tendo em vista que o CPF/CNPJ consultado não figura na última versão da base de dados da Receita Federal do Brasil - RFB enviada ao Tribunal Superior do Trabalho - TST. Para saber a situação desse CPF/CNPJ, consulte o sítio da RFB (www.receita.fazenda.gov.br).

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FRANCISCO LUZ COSTA
CPF: 745.287.343-20

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:43:54 do dia 27/01/2026 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/07/2026.

Código de controle da certidão: **4F4E.7586.B1D0.7996**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS IMOBILIÁRIOS MUNICIPAIS Nº 334/2026

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Barra do Corda - MA, a requerimento da pessoa interessada **FRANCISCO LUZ COSTA**, CERTIFICA para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos para com os cofres públicos municipais até a presente data, tendo a presente CERTIDÃO validade até o dia 26/02/2026, ressaltando o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos, tributários ou não, constituído anteriormente a esta data mesmo durante a vigência desse prazo.

Código de Cadastro Imobiliário
41081

Contribuinte
FRANCISCO LUZ COSTA

Logradouro
RUA: SANTA QUITERIA, SN, - CEP 65950-000

Cidade
BARRA DO CORDA

Matrícula Cartório

CPF/CNPJ
745.287.343-20

Bairro
VILA NENZIM

UF
MA

DADOS ESPECÍFICOS DO CADASTRO

Setor:	Quadra:	Lote:	Unidade:
Área do Terreno:	144,00	Testada Principal: 0,00	Área Edificada: 0,00
Valor Venal do Terreno:	4.116,53	Valor Venal da Edificação: 0,00	Valor Venal do Imóvel: 4.116,53

Finalidade da Certidão REGULARIDADE JUNTO A FAZENDA MUNICIPAL

ATENÇÃO: Certidão emitida com base no Código Tributário Municipal lei nº 946/2021.

Usuário: Cammyla Moura
Oliveira

Emitida às 27/01/2026
10:15:37

Válida até 26/02/2026

Código de Controle da Certidão/Número CKJUV3B

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Consulte a autenticidade desta certidão em <http://barradocorda.famlex.com.br/famlex/servlet/hwpcconsautcert>





CERTIDÃO NEGATIVA DA DÍVIDA ATIVA DE DÉBITOS IMOBILIÁRIOS MUNICIPAIS Nº 180/2026

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Barra do Corda - MA, a requerimento da pessoa interessada FRANCISCO LUZ COSTA, CERTIFICA para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos para com os cofres públicos municipais até a presente data, tendo a presente CERTIDÃO validade até o dia 26/02/2026, ressalvando o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos, tributários ou não, constituído anteriormente a esta data mesmo durante a vigência desse prazo.

Código de Cadastro
41081

Contribuinte
FRANCISCO LUZ COSTA

Logradouro
RUA: SANTA QUITERIA, SN, - CEP 65950-000

Cidade
BARRA DO CORDA - MA

Matrícula

CPF/CNPJ
745.287.343-20

Bairro
VILA NENZIM

UF
MA

DADOS ESPECÍFICOS DO CADASTRO

Setor:		Quadra:	Lote:	Unidade:
Área do Terreno:	144,00	Testada Principal:	0,00	Área Edificada: 0,00
Valor Venal do Terreno:	4.116,53	Valor Venal da Edificação:	0,00	Valor Venal do Imóvel: 4.116,53

Finalidade da Certidão
REGULARIDADE JUNTO A FAZENDA MUNICIPAL

ATENÇÃO: Certidão emitida com base no Código Tributário Municipal lei nº 946/2021.

Usuário: Cammyla Moura
Oliveira

Emitida às 09:16:02 do dia
27/01/2026

Válida até 26/02/2026

Código de Controle da Certidão/Número WN4LO9

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Consulte a autenticidade desta certidão em <http://barradocorda.famlex.com.br/famlex/servlet/hwpcconsautcert>





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL**



56186077/2026

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes CÍVEIS em tramitação contra:

FRANCISCO LUZ COSTA

OU

CPF n. 745.287.343-20

Certidão emitida em 27/01/2026, às 16:31:10 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Maranhão.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Maranhão (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 27/01/2026, às 05:08:45.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 56186077

Código de Validação: 94F2 DEF8 7055 2856 ABCC E79C F51D 7455

Data da Atualização: 27/01/2026, às 05:08:45





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
AÇÕES CÍVEIS

Data emissão: 27/01/2026

Data de validade: 27/03/2026

Nº da certidão: 12604027380

Código de Validação: cf586b1a9c

NOME: FRANCISCO LUZ COSTA

CPF: 745.287.343-20

DATA DE NASCIMENTO: 01/03/1957

FILIAÇÃO: LUZIA LUZ COSTA / SEBASTIAO VELOSO COSTA

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Tendo em vista a probabilidade de alguma ocorrência, inclusive a possibilidade de homônimos, a certidão não será disponibilizada de forma online.

Não foi possível obter a certidão de forma online. O interessado deverá entrar em contato (através de um dos e-mails abaixo) ou dirigir-se até o setor de distribuição do Fórum da Unidade Judicial mais próximo da sua residência para solicitar a certidão com a verificação da existência de possíveis ações em seu nome ou de homônimos nas seguintes unidades judiciais:

Comarca: BARRA DO CORDA Email: vara1_bcor@tjma.jus.br
– 1ª Vara de Barra do Corda(Pje)

O comparecimento deverá ocorrer no horário de atendimento de segunda a sexta-feira das 08:00h às 18:00h, de posse dos seguintes documentos: CPF; Documento de Identificação (RG, CTPS, Certidão de Nascimento, Casamento e/ou óbito) e comprovante de residência.

A Certidão de Ações Cíveis contempla todas as ações e execuções cíveis e fiscais estadual e municipal, ações e execuções da fazenda pública, de interesses difusos e coletivos, famílias, execuções patrimoniais, falências ou concordatas, recuperações judicial ou extrajudicial, insolvências civis, interdições, tutelas, curatelas, inventários e arrolamentos em andamento (abrangendo os processos da pessoa que ocupa o polo passivo), com exceção dos processos das Varas da Infância e Juventude.

Observações:

a) A validade desta consulta é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova consulta;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
PERÍCIA OFICIAL DE NATUREZA CRIMINAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME **FRANCISCO LUZ COSTA**



FILIAÇÃO
SEBASTIÃO VELOSO COSTA E LUIZA LUZ COSTA

DATA NASCIMENTO 01/03/1957 ORGÃO EXPEDIDOR SSP/MA FATOR RH **

NATURALIDADE PRESIDENTE DUTRA - MA

OBSERVAÇÃO

Francisco Luz Costa
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF 74528734320 DNI P-044 VIA-02

REGISTRO GERAL 053651182014-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 09/11/2023

REGISTRO CIVIL
CASAM. N.0002437 FLS. 015 LIV. 00063 BARRA DO CORDA MA 2 OFC.

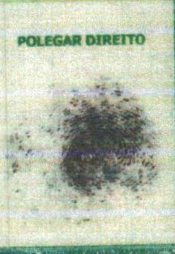
T. ELEITOR / ZONA / SEC CTPS / SERIE / UF
006526771120/023/0363

NIS / PIS / PASEP IDENTIDADE PROFISSIONAL

CERT. MILITAR

CNH CHS 704000882264262

POLEGAR DIREITO



MAIOR DE 65 ANOS
MAI835617297

F
FABIO SÉRGIO VIEGAS CASTRO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

**Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.**

Alameda A, 05/025, nº 100,
Loteamento Oitandinha Altos do Calhau, São Luís - MA
CEP: 65.070-900
Insc. Estadual: 120.515.11-3 CNPJ: 06.272.793/0001-84

Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei 10.438/02

SUBCENTRO: 01 GRUPO TENSÃO: B TIPO DE FORNECIMENTO: Plomofásico
TIPO DE TARIFA: CONVENCIONAL PONTUA TENSÃO NOMINAL: 220V CLASSIFICAÇÃO: Residencial Pleno INSTALAÇÃO: 13673958
SUBCLASSE: RESIDENCIAL NORMAL ILS / SQU: 88016082-520

LUCIMAR MARIA DE ALMEIDA COSTA

R. 331 NOVA TRIZIDEIA CEP: 65.950-000 BARRA DO CORDEIRO - MA
CPF: ***.320.909-**

Para atendimento,
Informe este número

1 Fonte Contato

Canal de Negócio

33870821

09/01/2026

R\$ Total 1.983,40

Vencimento 12/01/2026



NOTA FISCAL Nº: 1375972-03 - ARH: 000
DATA EMISSÃO: 05/01/2026
Consulte pela Chave de Acesso em:
<https://dfe.poratax.sps.irs.gov.br/DFe3/Consulta>
Chave de Acesso:
212601002227930000184648001425772382090903671
EMISSÃO EM 100% DIGITAL
Pendente de autorização

Datas das Leituras		03/12/2025	05/01/2026	Nº de Dias		Próxima Leitura	
Leitura Anterior	Quant.	Preço unit. c/ trib.	Tarifa unit. (R\$)	PIS/COFINS	IOF	Valor (R\$)	
Consumo (kWh)	440	1,128364	0,843180	11,30	114,19	496,48	
Adicional Bandeira			0,000000	0,22	2,16	9,41	
Itens Financeiros							
Cip-Ilum Pub Pref Munic						75,06	
Lar Protegido - 0800 728						13,90	
Família Amparada - 0800 7						10,90	
Multa						15,57	
Correção Monetária						0,63	
Juros						3,63	

CONSUMO / kWh	125	120	115	110	105	100	95	90	85	80	75	70	65	60	55	50	45	40	35	30	25	20	15	10	5	0
	125	120	115	110	105	100	95	90	85	80	75	70	65	60	55	50	45	40	35	30	25	20	15	10	5	0
	125	120	115	110	105	100	95	90	85	80	75	70	65	60	55	50	45	40	35	30	25	20	15	10	5	0
	125	120	115	110	105	100	95	90	85	80	75	70	65	60	55	50	45	40	35	30	25	20	15	10	5	0
	125	120	115	110	105	100	95	90	85	80	75	70	65	60	55	50	45	40	35	30	25	20	15	10	5	0
	125	120	115	110	105	100	95	90	85	80	75	70	65	60	55	50	45	40	35	30	25	20	15	10	5	0
	125	120	115	110	105	100	95	90	85	80	75	70	65	60	55	50	45	40	35	30	25	20	15	10	5	0
	125	120	115	110	105	100	95	90	85	80	75	70	65	60	55	50	45	40	35	30	25	20	15	10	5	0
	125	120	115	110	105	100	95	90	85	80	75	70	65	60	55	50	45	40	35	30	25	20	15	10	5	0
	125	120	115	110	105	100	95	90	85	80	75	70	65	60	55	50	45	40	35	30	25	20	15	10	5	0
12522780233		Consumo		Ativo		11-012		52-302		1-00		440														
Medidor	Grandezas				Postos horários				Leitura Anterior				Leitura Atual				Const. Medidor				Consumo					
0	0,00				3512/25				05/01/2026																	
Fator de Potência				Perdas no Ramal				Resolução ANEEL				Apresentação				Nº do Programa Social										

Reaviso de vencimento

* DEBITOS: 10/2018 R\$139,74 * Períodos: Band. Tarif.: Amarela: 04/12 - 31/12 Verde: 01/01 - 05/01 * Conforme RES 1095/24 ANEEL, a partir de 01/05/26 o número da BC será padroni

Informações para o cliente



Classificação: Resid. Baixa Renda		Tipo de Fornecedor: MONOFÁSICO	
Tensão Nominal Disp: 220 V Lim Min: 202 V Lim Max: 231 V			
MARINA DE ALMEIDA COSTA INSTALAÇÃO: 2000499973 CPF: ***.224.86*-** R. STA QUITERIA, S/N, CEP: 65950-000 NOVA TRIZIDELA - BARRA DO CORDA - MA			
Parceiro de Negócio		1000552825	
Conta Contrato		3010022796	
Conta Mês	Vencimento	Total a Pagar	
11/2025	10/11/2025	R\$ 496,83	

Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei 10.438/02				
Data das Leituras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Nº de Dias	Próxima Leitura
	03/10/2025	03/11/2025	31	03/12/2025

NOTA FISCAL Nº 136310346 - SÉRIE 000 /
DATA DE EMISSÃO: 03/11/2025
Consulte pela Chave de Acesso em:
<https://dfe-portal.svrs.gov.br/NF3E/Consulta>
chave de acesso:
21251106272793000184660001363103462088847486
Protocolo de autorização: 3212500028766919 -
03/11/2025 às 15:39:41

INFORMAÇÕES PARA O CLIENTE

• A tarifa na sua conta de luz agora é zero para consumo até 80kWh, REN 1.147/25 do Governo Federal. Acesso: gov.br/luzdopovo • Períodos: Band. Tarif.: Vermelha: 04/10 - 03/11 • Conforme REN 1095/24 ANEEL, a partir de 01/03/26 o número da UC será padronizado em todo país. Mais informações nos canais de atendimento. • Fatura com redução de R\$ 62,83 pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica, criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Itens de Fatura	Quant.	Preço Unit.(R\$) com Tributos	Tarifa Unit.(R\$)	PIS/ COFINS(R\$)	ICMS (R\$)	Valor(R\$)				
Consumo (kWh)	80	0,000000	0,000000	0,00	0,00	0,00	ICMS	472,62	23,0000	108,70
Consumo (kWh)	353	1,029433	0,740660	18,37	83,58	363,39	PIS	363,92	1,1709	4,26
Benefício Tarifário Bruto				4,42	20,09	87,34	COFINS	363,92	5,3971	19,64
Adicional Bandeira				1,11	5,03	21,89				
ITENS FINANCEIROS										
Benefício Tarifário Líquido						62,83-	C O N S U M O k W h	NOV/24		434
Cip-Ilum Pub Pref Munic						75,06		DEZ/24		411
Multa						6,44		JAN/25		373
Correção Monetária						1,78		FEV/25		335
Juros						3,76		MAR/25		338
								ABR/25		368
								MAI/25		358
								JUN/25		393
								JUL/25		388
								AGO/25		353
							SET/25		378	
							OUT/25		423	
							NOV/25		433	
								Ativo		

Medidor	Grandeza	Posto Horário	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const. Medidor	Consumo
10650026760	Consumo	ATIVO TOTAL	16.094	16.527	1,00	433 kWh

Reservado ao Fisco		
53A6.4B21.6FD2.87AF.A033.232F.DE60.934B		
Resolução ANEEL	Apresentação	Nº do Programa Social
3512/25	03/11/2025	16375692483

REAVISO DE VENCIMENTO

não pagamento dos débitos até 18/11/2025 implicará na suspensão do fornecimento de energia. Havendo suspensão do fornecimento será cobrado o custo de disponibilidade ou consumo de energia, o que for maior. Após 02 ciclos de faturamento contados da suspensão, o contrato poderá ser encerrado. Para religação será necessário pagar uma taxa e faturas em aberto. Caso efetuado efetuado o pagamento, favor desconsiderar.

Débitos Anteriores:
MÊS/ANO VALOR
10/2025 496,74

REAVISO DE VENCIMENTO

Consta em nosso sistema contato em atraso. Confira sua situação abaixo.

CENTRAL DE ATENDIMENTO
LIGUE GRÁTIS 116
ATENDIMENTO GRATUITO 24h
Atendimento em português e espanhol
@equatorial_mma @equatorial_ma @equatorial_ma

Ouvidoria Equatorial: 0800 286 9803
Ligação gratuita de telefones fixos e móveis, de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 14h às 18h

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 167
Ligação gratuita de telefones fixos e móveis.

DIREITOS
É direito do consumidor ou do central gerador de solicitar a distribuição o detalhamento da aplicação dos indicadores DFC, FIC, DFC e DFC a qualquer tempo.
É direito do consumidor ou do central gerador de receber uma compensação caso sejam verificados os limites de continuidade de fornecimento relativos à unidade consumidora ou central geradora.

Contate com os nossos canais digitais e resolva tudo sem sair de casa, confira:

O nosso Whatsapp, e fale com a Clara, para:

- Informar falta de energia
- Pedir a segunda via da fatura
- Cadastro de Tarifa Social Baixa Renda

(98) 2055-0116

E acesse o nosso site e baixe o nosso app, para:

- Solicitar troca de titularidade
- Solicitar religação
- Informar falta de energia

equatorialenergia.com.br

Nome do Cliente:
MARINA DE ALMEIDA COSTA

C.C:
3010022796

Unidade de Leitura:
BD018002

Competência:
11/2025

Vencimento:

Valor cobrado (R\$):
496,83

FATURA ARRECADADA - NÃO RECEBER

Classificação: Resid. Baixa Renda		Tipo de Fornecedor: MONOFÁSICO	
Tensão Nominal Disp: 220 V Lim Min: 202 V Lim Max: 231 V			
MARINA DE ALMEIDA COSTA INSTALAÇÃO: 2000499973 CPF: ***.224.86*-** R. STA QUITERIA, S/N, CEP: 65950-000 NOVA TRIZIDELA - BARRA DO CORDA - MA			
Parceiro de Negócio		1000552825	
Conta Contrato		3010022796	
Conta Mês	Vencimento	Total a Pagar	
12/2025	10/12/2025	R\$ 457,98	

Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei 10.438/02				
Data das Leituras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Nº de Dias	Próxima Leitura
	03/11/2025	03/12/2025	30	05/01/2026

NOTA FISCAL Nº 139459594 - SÉRIE 000 /
DATA DE EMISSÃO: 03/12/2025
Consulte pela Chave de Acesso em:
<https://dfe-portal.svrs.rs.gov.br/NF3E/Consulta-chave-de-acesso>:
21251206272793000184660001394595942000860401
Protocolo de autorização: 3212500031627076 -
03/12/2025 às 14:08:09

INFORMAÇÕES PARA O CLIENTE

- A tarifa na sua conta de luz agora é zero para consumo até 80kWh, REN 1.147/25 do Governo Federal. Acesso: gov.br/luzdopovo • Períodos: Band. Tarif.: Vermelha: 04/11 - 30/11 Amarela: 01/12 - 03/12 • Bandeira Tarifária Amarela Dezembro/25 custo adicional de R\$ 1,885 a cada 100 kWh. • Conforme REN 1095/24 ANEEL, a partir de 01/03/26 o número de UC será padronizado em todo país. Mais informações nos canais de atendimento.
- Fatura com redução de R\$ 62,61 pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica, criada pela Lei nº10.438, de 26 de abril de 2002.

Ítems de Fatura	Quant.	Preço Unit.(R\$) com Tributos	Tarifa Unit.(R\$)	PIS/COFINS(R\$)	ICMS (R\$)	Valor(R\$)	Tributo	Base(R\$)	Alíquota(%)	Valor(R\$)
Consumo (kWh)	80	0,000000	0,000000	0,00	0,00	0,00	ICMS	440,16	23,0000	101,24
Consumo (kWh)	335	1,003672	0,740660	10,79	77,33	336,23	PIS	338,92	0,7434	2,51
Benefício Tarifário Bruto				2,73	19,52	84,86	COFINS	338,92	3,4283	11,61
Adicional Bandeira				0,02	0,20	0,85				
Adicional Bandeira				0,58	4,19	18,22				
ÍTEM FINANCEIRO										
Benefício Tarifário Líquido						62,61-				
Cip-llum Pub Pref Munic						66,50				
Multa						8,27				
Correção Monetária						1,81				
Juros						3,85				

Medidor	Grandeza	Posto Horário	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const. Medidor	Consumo
10650026760	Consumo	ATIVO TOTAL	16.527	16.942	1,00	415 kWh

Reservado ao Fisco		
69DD.F5BA.A557.A932.0959.AC64.D921.5513		
Resolução ANEEL	Apresentação	Nº do Programa Social
3512/25	03/12/2025	16375692483

REAVISO DE VENCIMENTO

O não pagamento dos débitos até 18/12/2025 implicará na suspensão do fornecimento de energia. Havendo suspensão do fornecimento será cobrado o custo de disponibilidade ou consumo de energia, o que for maior. Após 02 ciclos de faturamento contados da suspensão, o contrato poderá ser encerrado. Para religação será necessário pagar uma taxa e faturas em aberto. Caso efetuado efetuado o pagamento, favor desconsiderar.

Débitos Anteriores:
MÊS/ANO VALOR
11/2025 496,83

REAVISO DE VENCIMENTO

Consta em nosso sistema contatos em atraso. Confira sua situação abaixo.

CENTRAL DE ATENDIMENTO
LIGUE GRÁTIS 116
ATENDIMENTO GRATUITO 24h

Ouvindoria Equatorial: 0800 286 9803
Toda ligação gratuita de telefonia fixa e móvel, de qualquer cidade, das 0h às 24h e em 120 segundos.

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 167
Ligação gratuita de telefonia fixa e móvel.

DIREITOS
É direito do consumidor ou do central gerador de solicitar à distribuidora o detalhamento da operação dos indicadores DIC, PFC, DARC e DRCB a qualquer tempo.
É direito do consumidor ou do central gerador de receber uma compensação, caso sejam violados os limites de continuidade de fornecimento relativos à unidade consumidora ou central geradora.

Conte com os nossos canais digitais e resolva tudo sem sair de casa, conheça:

O nosso Whatsapp, e fale com a Clara, para:

- Informar falta de energia
- Pedir a segunda via da fatura
- Cadastro de Tarifa Social Baixa Renda

(98) 2055-0116

E acesse o nosso site e baixe o nosso app, para:

- Solicitar troca de titularidade
- Solicitar religação
- Informar falta de energia

equatorialenergia.com.br

Classificação: Resid. Baixa Renda		Tipo de Fornecimento: MONOFÁSICO	
Tensão Nominal Disp: 220 V Lim Min: 202 V Lim Max: 231 V			
MARINA DE ALMEIDA COSTA INSTALAÇÃO: 2000499973 CPF: ***.224.86*-** R. STA QUITERIA, S/N, CEP: 65950-000 NOVA TRIZIDELA - BARRA DO CORDA - MA			
Parceiro de Negócio		1000552825	
Conta Contrato		3010022796	
Conta Mês	Vencimento	Total a Pagar	
12/2025	10/12/2025	R\$ 457,98	

Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei 10.438/02			
Data das Leituras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Nº de Dias
	03/11/2025	03/12/2025	30
			Próxima Leitura
			05/01/2026

NOTA FISCAL Nº 139459594 - SÉRIE 000 /
DATA DE EMISSÃO: 03/12/2025
Consulte pela Chave de Acesso em:
<https://dfe-portal.svrs.rs.gov.br/NF3E/Consulta>
chave de acesso:
21251206272793000184660001394595942000860401
Protocolo de autorização: 3212500031627076 -
03/12/2025 às 14:08:09

INFORMAÇÕES PARA O CLIENTE

- A tarifa na sua conta de luz agora é zero para consumo até 80kWh, REN 1.147/25 do Governo Federal. Acesse: gov.br/luzdopovo
- Períodos: Band. Tarif.: Vermelha: 04/11 - 30/11 Amarela: 01/12 - 03/12
- Bandeira Tarifária Amarela Dezembro/25 custo adicional de R\$ 1,885 a cada 100 kWh.
- Conforme REN 1095/24 ANEEL, a partir de 01/03/26 o número da UC será padronizado em todo país. Mais informações nos canais de atendimento.
- Fatura com redução de R\$ 62,61 pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica, criada pela Lei nº10.438, de 26 de abril de 2002.

Itens de Fatura	Quant.	Preço Unit.(R\$) com Tributos	Tarifa Unit.(R\$)	PIS/COFINS(R\$)	ICMS (R\$)	Valor(R\$)	Tributo	Base(R\$)	Alíquota(%)	Valor(R\$)
Consumo (kWh)	80	0,000000	0,000000	0,00	0,00	0,00	ICMS	440,16	23,0000	101,24
Consumo (kWh)	335	1,003672	0,740660	10,79	77,33	336,23	PIS	338,92	0,7434	2,51
Benefício Tarifário Bruto				2,73	19,52	84,86	COFINS	338,92	3,4283	11,61
Adicional Bandeira				0,02	0,20	0,85				
Adicional Bandeira				0,58	4,19	18,22				
ITENS FINANCEIROS										
Benefício Tarifário Líquido						62,61-				
Cip-llum Pub Pref Munic						66,50				
Multa						8,27				
Correção Monetária						1,81				
Juros						3,85				

DEZ/24	411
JAN/25	373
FEV/25	335
MAR/25	338
ABR/25	368
MAI/25	358
JUN/25	393
JUL/25	388
AGO/25	353
SET/25	378
OUT/25	423
NOV/25	433
DEZ/25	415

Medidor	Grandeza	Posto Horário	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const. Medidor	Consumo
10650026760	Consumo	ATIVO TOTAL	16.527	16.942	1,00	415 kWh

Reservado ao Fisco		
69DD.F5BA.A557.A932.0959.AC64.D921.5513		
Resolução ANEEL	Apresentação	Nº do Programa Social
3512/25	03/12/2025	16375692483

REAVISO DE VENCIMENTO

O não pagamento dos débitos até 18/12/2025 implicará na suspensão do fornecimento de energia. Havendo suspensão do fornecimento será cobrado o custo de disponibilidade ou consumo de energia, o que for maior. Após 02 ciclos de faturamento contados da suspensão, o contrato poderá ser encerrado. Para religação será necessário pagar uma taxa e faturas em aberto. Caso efetuado o pagamento, favor desconsiderar.

Débitos Anteriores:
MÊS/ANO VALOR
11/2025 496,83

REAVISO DE VENCIMENTO

Consta em nosso sistema conta(s) em atraso. Confira sua situação abaixo.

CENTRAL DE ATENDIMENTO
LIGUE GRÁTIS 116
ATENDIMENTO GRATUITO 24 H
Atendimento em português e espanhol
@equatorial_ma @equatorial_ma @equatorial_ma

DIREITOS
É direito do consumidor ou da central geradora de solicitar à distribuidora o detalhamento da apuração dos indicadores DFC, FIC, DABC e DRCR a qualquer tempo.
É direito do consumidor ou da central geradora de receber uma compensação, caso sejam violados os limites de continuidade individuais relativos à unidade consumidora ou central geradora.

Ouvridoria Equatorial: 0800 286 9803
Ligação gratuita de telefones fixos e móveis, de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 14h às 18h

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 167
Ligação gratuita de telefones fixos e móveis.

Conte com os nossos canais digitais e resolva tudo sem sair de casa, conheça:

O nosso Whatsapp, e fale com a Clara, para:

- Informar falta de energia
- Pedir a segunda via da fatura
- Cadastro de Tarifa Social Baixa Renda

(98) 2055-0116

E acesse o nosso site e baixe o nosso app, para:

- Solicitar troca de titularidade
- Solicitar religação
- Informar falta de energia

equatorialenergia.com.br

Nome do Cliente:
MARINA DE ALMEIDA COSTA

C.C:
3010022796

Unidade de Leitura:
BD01B002

Competência:
12/2025

Vencimento:

Valor cobrado (R\$):
457,98

FATURA ARRECADADA - NÃO RECEBER

Classificação: Resid. Baixa Renda	Tipo de Fornecimento: MONOFÁSICO	
Tensão Nominal Disp: 220 V Lim Min: 202 V Lim Max: 231 V		
MARINA DE ALMEIDA COSTA INSTALAÇÃO: 2000499973 CPF: ***.224.86** R. STA QUITERIA, S/N, CEP: 65950-000 NOVA TRIZIDELA - BARRA DO CORDA - MA		
Parceiro de Negócio		1000552825
Conta Contrato		3010022796
Conta Mês	Vencimento	Total a Pagar
11/2025	10/11/2025	R\$ 496,83

Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei 10.438/02				
Data das Leituras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Nº de Dias	Próxima Leitura
	03/10/2025	03/11/2025	31	03/12/2025

NOTA FISCAL Nº 136310346 - SÉRIE 000 /
DATA DE EMISSÃO: 03/11/2025
Consulte pela Chave de Acesso em:
<https://dfe-portal.svrs.rs.gov.br/NF3E/Consulta>
chave de acesso:
21251106272793000184660001363103462088847486
Protocolo de autorização: 3212500028766919 -
03/11/2025 às 15:39:41

INFORMAÇÕES PARA O CLIENTE

- A tarifa na sua conta de luz agora é zero para consumo até 80kWh, REN 1.147/25 do Governo Federal. Acesso: gov.br/luzdopovo
- Períodos: Band. Tarif.: Vermelha : 04/10 - 03/11
- Conforme REN 1095/24 ANEEL, a partir de 01/03/26 o número da UC será padronizado em todo país. Mais informações nos canais de atendimento.
- Fatura com redução de R\$ 62,83 pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica, criada pela Lei nº10.438, de 26 de abril de 2002.

Itens de Fatura	Quant.	Preço Unit.(R\$) com Tributos	Tarifa Unit.(R\$)	PIS/COFINS(R\$)	ICMS (R\$)	Valor(R\$)		Tributo	Base(R\$)	Alíquota(%)	Valor(R\$)
Consumo (kWh)	80	0,000000	0,000000	0,00	0,00	0,00		ICMS	472,62	23,0000	108,70
Consumo (kWh)	353	1,029433	0,740660	18,37	83,58	363,39		PIS	363,92	1,1709	4,26
Benefício Tarifário Bruto				4,42	20,09	87,34		COFINS	363,92	5,3971	19,64
Adicional Bandeira				1,11	5,03	21,89					
ITENS FINANCEIROS											
Benefício Tarifário Líquido						62,83-					
Cip-Ilum Pub Pref Munic						75,06					
Multa						6,44					
Correção Monetária						1,78					
Juros						3,76					

NOV/24	434
DEZ/24	411
JAN/25	373
FEV/25	335
MAR/25	338
ABR/25	368
MAI/25	358
JUN/25	393
JUL/25	388
AGO/25	353
SET/25	378
OUT/25	423
NOV/25	433

Medidor	Grandeza	Posto Horário	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const. Medidor	Consumo
10650026760	Consumo	ATIVO TOTAL	16.094	16.527	1,00	433 kWh

Reservado ao Fisco		
53A6.4B21.6FD2.87AF.A033.232F.DE60.934B		

Resolução ANEEL	Apresentação	Nº do Programa Social
3512/25	03/11/2025	16375692483

REAVISO DE VENCIMENTO

O não pagamento dos débitos até 18/11/2025 implicará na suspensão do fornecimento de energia. Havendo suspensão do fornecimento será cobrado o custo de disponibilidade ou consumo de energia, o que for maior. Após 02 ciclos de faturamento contados da suspensão, o contrato poderá ser encerrado. Para religação será necessário pagar uma taxa e faturas em aberto. Caso efetuado o pagamento, favor desconsiderar.

Débitos Anteriores:
MÊS/ANO VALOR
10/2025 496,74

REAVISO DE VENCIMENTO

Consta em nosso sistema conta(s) em atraso. Confira sua situação abaixo.

CENTRAL DE ATENDIMENTO
LIGUE GRÁTIS 116
ATENDIMENTO GRATUITO 24 H
Acesso e ajuda por: www.equatorialenergia.com.br
@equatorial_ma @equatorial_ma @equatorial_ma

Ouidoria Equatorial: 0800 286 9803
Ligação gratuita de telefones fixos e móveis, de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 14h às 18h

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 167
Ligação gratuita de telefones fixos e móveis.

DIREITOS
É direito do consumidor ou da central geradora de solicitar à distribuidora o detalhamento da apuração dos indicadores DFC, FIC, DMAC e DICI a qualquer tempo.
É direito do consumidor ou da central geradora de receber uma compensação, caso sejam violados os limites de continuidade individuais relativos à unidade consumidora ou central geradora.

Conte com os nossos canais digitais e resolva tudo sem sair de casa, conheça:

O nosso Whatsapp, e fale com a Clara, para:

- Informar falta de energia
- Pedir a segunda via da fatura
- Cadastro de Tarifa Social Baixa Renda

(98) 2055-0116

E acesse o nosso site e baixe o nosso app, para:

- Solicitar troca de titularidade
- Solicitar religação
- Informar falta de energia

equatorialenergia.com.br

**Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.**Alameda A. Os S.O.S. nº 100,
Loteamento Quitandinha Altos do Calhau, São Luís - MA - CEP: 65.070-900
Insc. Estadual: 120.515.11-3 CNPJ: 06.272.793/0001-84

P. 1/2

Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei 10.438/02
Decreto Social criado pela Lei 68.295/20

SUBGRUPO: B1 GRUPO TENDAG: B TIPO DE FORNECIMENTO:
TIPO DE TARIFA: CONVENCIONAL MONOFASICA TENSÃO NOMINAL: 230 V - 60 Hz Monofásico
CLASSIFICAÇÃO: Resid. Baixa Renda INSCRIÇÃO: 2000499973
SUBCLASSE: RESIDENCIAL BAIXA RENDA UL/SEQ: 60018092-1489

MARINA DE ALMEIDA COSTAR. SIA QUATERIA S/B NOVA TRIUNFAL CEP: 65950-000 BAR
RA DO CORDA - MA
CPF: ***.224.36* ****3010022796**Rascunho de Mensagem
1000552825Contas em
01/2026**R\$ 418,30**Vencimento
12/01/2026

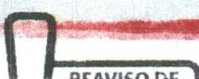
NOTA FISCAL N. 142511903 SERIE 000
DATA EMISSÃO: 01/01/2026
Consulte pela Chave de Acesso em:
<https://dfeportal.svcs.rs.gov.br/dfe3/consulta>
Chave de acesso:
212601067229400018466001425119030062429418
EMISSION: EM CONTINGENCIA
Pendente de autorização

* DEBITOS: 12/2025 R\$457,98 - Ainda constam em aberto em nosso sistema contas vencidas do ano de 2025. Regularize e evite o corte anual de quitação de débitos. A tarifa na sua conta de luz agora é zero para consumo até 80 kWh, REN 1.147/25 do Governo Federal. Acesse: gov.br/luzdepois. Períodos: Band. Tarif.: Amarela: 04/12 - 31/12 Verde: 01/01 - 05/01. Conforme REN 1095/24 ANEEL, a partir de 01/02/26 o número da UC será padronizado em todo país, sendo composto por uma sequência atribuída pela distribuidora + cod da distribuidora

Datas das Leituras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Nº de Dias	Próxima Leitura		
	Quant.	Preço unit. cf/trib.	Tarifa unit. (R\$)	PTS/ COFINS	ICMS	Valor (R\$)
Consumo (kWh)	80	0,000000	0,000000	0,00	0,00	0,00
Consumo (kWh)	315	0,588254	0,748516	7,88	71,60	311,30
Benefício Tarifário Bruto			0,000000	1,84	18,58	80,78
Adicional Bandeira			0,000000	0,16	1,55	6,74
Itens Financeiros						
Benefício Tarifário Líquid.						-60,36
Cip-Ilum Pub Pref Munic						66,50
Multa						8,19
Correção Monetária						0,78
Juros						4,37

CONSUMO / kWh	Nº DIAS	TARIFA	ICMS	COFINS		
					Valor	Valor
01/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
02/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
03/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
04/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
05/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
06/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
07/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
08/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
09/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
10/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
11/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
12/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
13/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
14/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
15/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
16/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
17/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
18/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
19/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
20/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
21/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
22/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
23/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
24/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
25/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
26/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
27/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
28/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
29/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
30/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
31/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
32/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
33/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
34/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
35/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
36/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
37/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
38/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
39/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
40/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
41/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
42/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
43/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
44/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
45/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
46/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
47/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
48/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
49/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
50/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
51/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
52/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
53/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
54/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
55/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
56/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
57/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
58/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
59/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
60/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
61/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
62/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
63/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
64/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
65/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
66/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
67/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
68/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
69/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
70/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
71/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
72/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
73/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
74/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
75/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
76/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
77/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
78/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
79/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
80/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
81/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
82/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
83/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
84/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
85/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
86/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
87/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
88/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
89/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
90/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
91/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
92/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
93/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
94/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
95/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
96/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
97/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
98/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
99/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00
100/01	1	0,000000	0,000000	0,000000	0,00	0,00

Fator de Potência	Perdas no Ramal	Resolução ANEEL	Apresentação	Nº do Programa Social
Ata a emissão desta fatura não identificamos o pagamento dos débitos a seguir. O não pagamento até 30/01/2026 implicará na suspensão do fornecimento de energia, conforme Art. 256 da Lei nº 4.767/65. A suspensão será cobrada o custo de disponibilidade nas faturas seguintes e, após 2 ciclos de faturamento da suspensão, poderá ser encerrado o contrato. Para religião será cobrada a taxa e estará condicionada a quitação das faturas. Caso efetuado os pagamentos, favor desconsiderar.				12/2025 457,98



DECLARAÇÃO DE TROCA DE TITULARIDADE

Conta Contrato Nova 3025240366
Parceiro de Negócio 7457600
Instalação 2000499973
Service Request 8039135249
NIS/BPC xxx

DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE

- Eu, **FRANCISCO LUZ COSTA**, reconheço que a unidade informada se encontra sob minha responsabilidade e, por isso, venho solicitar a transferência de titularidade para meu nome. Concordo e informo que estou ciente das declarações abaixo.
1. Declaro que recebi o Contrato de Adesão no momento da solicitação da alteração de titularidade e estou de acordo com as cláusulas nele contidas. Estou ciente que o referido contrato só terá validade e eficácia mediante a efetivação da troca de titularidade no sistema da DISTRIBUIDORA.
 2. Estou ciente que, caso este pedido seja aceito, tenho a obrigação de atualizar junto à DISTRIBUIDORA minhas informações cadastrais, sempre que necessário. Comprometendo-me a solicitar o desligamento da unidade consumidora quando não mais utilizar o imóvel, caso não o faça, a distribuidora realizará o faturamento pelo custo de disponibilidade, conforme disposto no artigo 291 da REN 1000/2021.
 3. Declaro para todos os fins de direito que as informações aqui prestadas são fideis e verdadeiras e por estas me responsabilizo para todos os efeitos legais, na qualidade de novo titular do cadastro.
 4. Concordo com o uso dos meus dados pessoais cadastrais, número de identificação social (NIS), e outros que forem necessários para a execução do contrato, inclusive, no que se refere a necessidade de compartilhamento com outras empresas do grupo.

Contato através do telefone: **99984373440** ou o e-mail: **XXX**

VALIDAÇÃO CADASTRAL

Informar os documentos apresentados e anexar ao sistema da distribuidora	☒ RG / RANI - Registro Geral	☐ CTPS-Carteria de Trabalho e Previdência Social	☐ Procuração
	☒ CPF-Cadastro de Pessoa Física	☐ Passaporte	☐ Doc. Representação
	☐ Carteira de Registro Profissional	☐ Contrato de locação	☐ Certidão de óbito
	☐ CNH-Carteira Nacional de Habilitação	☐ Doc. Posse/Propriedade/Usufruto	☐ Outros - especificar: _____

Status do fornecimento: ☒ Ligado - LG ☐ Suspenso - CR ☐ Desligado - DSL Leitura Atual do Medidor: _____

M: ☐ Arrendamento ☐ Locação ☐ Compra/Venda ☐ Falecimento ☐ Cessão ☒ Outros-especificar **POSSE**

Vínculo cliente anterior: ☐ Sem vínculo ☐ Cônjuge ☐ Parentesco ☒ Inquilino ☐ Comprador ☐ Outros-especificar _____

Atividade exercida no local: ☒ Residencial ☐ Industrial ☐ Rural ☐ Comercial - Informar o ramo: _____

Data ocupação do imóvel* **23 / 01 / 2026** *Preencher este campo sempre que não for apresentada documentação de vínculo/posse

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:
"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir Declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular."

BARRA DO CORDA sexta-feira, 23 de janeiro de 2026

Assinatura do Solicitante (conforme documento de identificação)



TRATAMENTO DOS SEUS DADOS PESSOAIS

1. A Equatorial, como controladora, compromete-se a resguardar o sigilo e a confidencialidade dos seus dados como solicitante e pretendo titular de conta contrato, respeitando as finalidades informadas: viabilizar ligação nova e prestação continuada do serviço de energia elétrica.
2. Todas as atividades de tratamento de dados pessoais a partir deste formulário, possuem base na hipótese de execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual é parte o titular, e à pedido seu, conforme art. 7º V da Lei nº 13.709/2018.



3. Sob esse mesmo fundamento, é legítimo o compartilhamento destes dados entre empresas do grupo Equatorial Energia ou empresas parceiras.
4. Além da execução de contrato, informa-se também ao titular/solicitante a possibilidade de compartilhamento com terceiro, com base na lei e para cumprimento de obrigações regulatórias, conforme art. 7º II da Lei nº 13.709/2018.

5. Em todas as hipóteses de compartilhamento com terceiros (interna ou externamente), sob qualquer um dos fundamentos mencionados, devem ser seguidas as melhores práticas de privacidade e segurança da informação, e resguardada a observância às finalidades informadas.
6. Este formulário coleta apenas os dados estritamente necessários à identificação do titular/solicitante, conforme Resolução Normativa nº 1000/2021 da ANEEL e resolução 11 do PRODIST, preservando a sua privacidade.

7. Com base nisso, você declara:

"Eu, solicitante/titular de dados pessoais, permito o uso dos meus dados cadastrais e contatos para que me sejam ofertados os demais produtos e serviços disponibilizados pelas empresas do Grupo Equatorial Energia, a saber, oferta de seguros e serviços financeiros".

() Sim () Não

8. Para retirar o consentimento acima ou exercer qualquer direito como titular de dados (art. 18 da Lei nº 13.709/2018), entre em contato pelo canal de comunicação com o encarregado de dados, através do endereço:

Se encontra no Website do Grupo
Equatorial Energia

<https://gpe.equatorialenergia.com.br>

FRANCISCO LUZ COSTA
5067 2256 2463 245

vál. 08/28 cad. 72

Conta 0765 000783171034 6

Atendimento Comercial
4004 0104 - Capitais e Regiões Metropolitanas
0800 104 0104 - Demais regiões

Banco24Horas

Saiba mais sobre
o seu cartão



CAIXA
aqui

elo
DÉBITO



DESPACHO DO SETOR DE COMPRAS

DO: SETOR DE COMPRAS/BARRA DO CORDA/MA

PARA: SETOR DE CONTABILIDADE

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Senhor chefe do setor contábil,

Encaminham-se os autos do processo administrativo, que por meio da Secretaria Municipal de Educação e Fundo Municipal de Educação, solicitam a dotação para **locação de 01 (um), imóvel para abrigar as instalações destinadas ao funcionamento de forma provisória da U. I. Santo Antônio (Ponto 3)**, para atender as necessidades do Município de Barra do Corda.

Solicitamos que nos autos seja informado a existência de recursos com as classificações orçamentárias para fazer face a despesa requisitada: Dotação Orçamentária, Projeto Atividade, Elemento de Despesa e Fonte de Recurso.

Informamos que a despesa mensal está estimada em torno de **R\$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais)** e a despesa por 12 (doze) meses está estimada em torno de **R\$ 26.400,00 (Vinte e seis mil e quatrocentos reais)**.

Após, informada dotação orçamentária, solicito que o processo seja encaminhado com devida urgência para a secretaria solicitante, para elaboração do termo de referência do objeto ora solicitado, com as devidas providências legais cabíveis, conforme autorização da coordenação de receita e despesas.

Na certeza do pronto atendimento, de já agradecemos pela atenção dispensada.

Barra do Corda/MA, 05 de março de 2026.

Atenciosamente,

gov.br
Documento assinado digitalmente
KARYTANA GOMES DE ASSUNÇÃO
Data: 05/03/2026 09:33:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

KARYTANA GOMES DE ASSUNÇÃO
Coordenadora do Setor de Compras



PORTARIA Nº 21/2025 – GAB, DE 02 DE JANEIRO DE 2025.

**“NOMEIA OCUPANTE PARA O CARGO DE
COORDENADORA DO SETOR DE COMPRAS
DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA – MA.”**

RIGO ALBERTO TELES DE SOUSA, Prefeito do Município de Barra do Corda, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR, KARYTANA GOMES DE ASSUNÇÃO, inscrita no CPF sob o nº 024.031.133-79, para exercer o cargo em comissão de **COORDENADORA DO SETOR DE COMPRAS** do Município de Barra do Corda-MA.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Corda, Estado do Maranhão, aos dois de janeiro de dois mil e vinte e cinco.

Dê-se Ciência.
Publique-se e Cumpra-se

RIGO ALBERTO TELES DE SOUSA
Prefeito do município de Barra do Corda – MA



DA: CONTABILIDADE DA PREFEITURA DE BARRA DO CORDA - MA.

PARA: SETOR DE COMPRAS/BARRA DO CORDA-MA

ASSUNTO: CERTIDÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em Resposta à solicitação do Setor de Compras de Barra do Corda/MA, informamos que após análise da Lei Orçamentária, com vigência para o exercício de 2026, verificou-se a existência de disponibilidade orçamentária para fazer face às despesas previstas no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1323/2026, referente a locação de 01 (um) imóvel na zona urbana destinado ao funcionamento de forma provisória da U. I. Santo Antônio (ponto 03),** para atender as necessidades do Município de Barra do Corda-MA, conforme segue:

Classificação Orçamentária: Fundeb

02 – Executivo	
Unidade Orçamentária	2101 – Fundo de Manutenção e Desenv. Da Educação Básica
Função	12 – Educação
Sub - Função	361 – Ensino Fundamental
Programa	1012 – Desenvolvimento e Manutenção do ensino Fundamental
Projeto Atividade	2.093 – Manutenção e Desenv. da Educação Básica – Fundeb 30%
Classificação Econômica	3.3.90.36.00 – Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física
Fonte de Recurso	1540000000 – Transf. do Fundeb – Impostos

Divisão de execução orçamentária da Prefeitura Municipal de Barra do Corda, Estado do Maranhão, aos 05 dias do mês de março de 2026.

Atenciosamente,

Magnun Lóiola Fernandes
Contador Geral



PORTARIA Nº 273/2025 – GAB, DE 20 DE MAIO DE 2025.

**"NOMEIA OCUPANTE PARA O CARGO EM
COMISSÃO DE CONTADOR GERAL MUNICÍPIO
DE BARRA DO CORDA-MA."**

RIGO ALBERTO TELES DE SOUSA, Prefeito Municipal de Barra do Corda,
Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, MAGNUN LOIOLA FERNANDES, inscrito no CPF sob
o número 001.677.343-85, para exercer o cargo em comissão de **CONTADOR
GERAL** do município de Barra do Corda – MA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Corda, Estado do Maranhão, aos
vinte de maio de dois mil e vinte e cinco.

Dê-se Ciência.
Publique-se e Cumpra-se

RIGO ALBERTO TELES DE SOUSA
Prefeito do município de Barra do Corda – MA



TERMO DE REFERÊNCIA

Barra do Corda - MA, 17 de março de 2026.

1. DO OBJETO

1.1 Locação de 01 (um), imóvel para abrigar as instalações destinadas ao funcionamento, de forma provisória, da **U.I. SANTO ANTONIO (PONTO 03), localizado na Rua São José, nº 39, Vila Nenzinho, Zona Urbana do Município de Barra do Corda**, o qual terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura do contrato.

2. PLANILHA DO OBJETO

2.1 O imóvel objeto do presente processo tem que ser localizada no **U.I. SANTO ANTONIO (PONTO 03), localizado na Rua São José, nº 39, Vila Nenzinho, Zona Urbana do Município de Barra do Corda**, com fácil acessibilidade, e com características apropriadas para o serviço em tela, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Especificações	Unid Mês	Valor Mensal R\$
01	Locação de 01 (um) imóvel para abrigar as instalações destinadas ao funcionamento de forma provisória, a U.I. SANTO ANTONIO (PONTO 03), localizado na Rua São José, nº 39, Vila Nenzinho, Zona Urbana do Município de Barra do Corda , atendendo à Secretaria de Educação de Barra do Corda - MA - SEMED.	12	2.200
Valor.....			26.400

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1 Devido à insuficiência e/ou indisponibilidade de espaço/imóvel, se faz necessário que haja imóveis desocupados à disposição de locação para a acomodação das instalações, de forma provisória, para o funcionamento da **U.I. SANTO ANTONIO (PONTO 03), localizado na Rua São José, nº 39, Vila Nenzinho, Zona Urbana do Município de Barra do Corda**.

4. DA ESPECIFICAÇÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO:

4.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (LOCATÁRIO):

5.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021, são obrigações do contratante:

5.1.1. Efetuar o pagamento do aluguel do imóvel, no prazo estipulado neste termo de contrato;

5.1.2. Promover por meio de servidor especialmente designado, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, que será designado ao senhor **Rafael Santos Arruda, Portaria**

Rua Isaac Martins, nº 371 - Centro - 65950-000 - Barra do Corda - MA
CNPJ: 06.769.798/0001-17

129/2025, representante para acompanhar e fiscalizar, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização.

5.1.3. Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 27 da Lei nº 8.245, de 1991;

5.1.4. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no presente contrato;

5.1.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.1.6. Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;

5.1.7. Realizar vistoria do imóvel, antes da entrega das chaves, para fins de verificação minuciosa do estado do imóvel, fazendo constar do Termo de Vistoria os eventuais defeitos existentes;

5.1.8. Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada ao LOCATÁRIO;

5.1.9. Utilizar o imóvel para atendimento de finalidade pública;

5.1.10. Pagar as despesas relativas ao consumo de energia elétrica, gás, água e esgoto e ao serviço de telefonia e outros meios de comunicação;

5.1.11 Pagar os impostos (especialmente Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU);

5.2 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (LOCADOR):

5.2.1. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo de Dispensa de Licitação, realizado pela PMBDC/MA.

5.2.2. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, no prazo determinado neste contrato, em estrita observância das especificações de sua proposta,

5.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do imóvel, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.2.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, os bens com avarias ou defeitos;

5.2.5. Atender prontamente a quaisquer exigências do Contratante, inerentes ao objeto contratado;



5.2.6 Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;

5.2.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato ou em legislação específica;

5.2.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.2.9. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel.

5.2.10 Em tudo agir, segundo as diretrizes e legislação específica, cumprindo rigorosamente a legislação fiscal e trabalhista.

5.2.11 Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

5.2.12. Auxiliar ao LOCATÁRIO na descrição minuciosa do estado do imóvel, quando da realização da vistoria;

5.2.13 Informar ao LOCATÁRIO quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente.

6. DOS DEMAIS REQUISITOS

6.1. Antes da assinatura do contrato, será realizada uma vistoria no imóvel, cujo laudo será parte integrante do contrato, a fim de se resguardar os direitos e obrigações das partes contratantes.

6.2. Os locadores autorizam os locatários a proceder às adaptações e reformas no imóvel que julgar oportunas.

7. DO LAUDO DE AVALIAÇÃO

7.1. De acordo com a legislação, foi realizado previamente uma Avaliação dos Imóveis para que chegasse ao valor normal e estabelecer os valores das locações, pelo Contratante, ficando fixado em **R\$ 2.200 (dois mil e duzentos reais)**, conforme documento anexado aos autos.

8. DA FORMA E PRAZO DE ENTREGA

8.1. A entrega do imóvel será imediatamente da assinatura do contrato, depois de realizada a vistoria pelo gestor do contrato em conjunta com a locadora, mediante a entrega das chaves aos locatários, iniciando-se a partir daí o período locatício.

8.2. O Contratante reveste-se do direito de só aceitar o imóvel se estiver de acordo com as especificações e/ou exigências descritas no processo administrativo, depois de ter sido considerado em perfeito estado e ordem pelo setor de fiscalização da PMBDC/MA, além do que o objeto contratado deve apresentar claras condições de aceitabilidade, devendo ser



rejeitado, no todo ou em parte, caso apresente incompatibilidades técnicas aparente ou não ou mesmo imperfeições, desde que comprovadas por laudos emitidos pela equipe ou pessoa designada para fiscalização, cabendo ao contratado, substituição de todo objeto condenado e imediata reposição, atribuindo-lhes todos os ônus decorrentes da rejeição.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

9.1. A CONTRATADO (LOCATÁRIO) efetuará o pagamento deste contrato mensalmente, até 05 (cinco) dias úteis contados da data da apresentação dos documentos de cobrança, ficando para tanto ajustado o valor mensal irrevogável de **R\$ 2.200 (dois mil e duzentos reais)**, totalizando-se no valor global de **R\$ 26.400 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)** com base em preços praticados no mercado e Laudo de Avaliação, podendo ainda o pagamento ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados da entrega da fatura no protocolo geral da Contratante, depois de ser devidamente atestada pelo setor competente de Fiscalização da PMBDC/MA, documentos esses que serão processados e pagos segundo a legislação vigente, nas condições dispostas no processo administrativo e neste termo, não permitido qualquer acréscimo além do que fora ali previsto, exceto quando por força de revisão devidamente justificada e comprovada.

9.2. Considerar-se-á como data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

9.3. Havendo erro na documentação de pagamento ou que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura/recibo será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

9.4. O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para a Contratante.

9.5. Os pagamentos relativos ao futuro contrato só serão pagos em nome da Locadora, qualificada no preâmbulo do futuro Instrumento como Contratada, não sendo admitida a emissão de faturas/recibos em nome de terceiros.

9.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito de reajustamento de preços ou atualização monetária.

9.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo LOCADOR, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

9.8. O pagamento será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, do documento de cobrança apresentado pelo LOCADOR.

9.9. Havendo erro na apresentação do documento de cobrança ou dos documentos pertinentes à locação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a LOCADOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o LOCATÁRIO.



9.10. Na hipótese de ser o locador pessoa física, sua morte acarreta a transmissão da locação aos herdeiros;

9.11. Será admitido o reajuste do valor locatício mensal, em contrato com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do (Índice Geral de Preços - Mercado IGP-M ou Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI), ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

9.12. O reajuste, decorrente de solicitação do LOCADOR, será formalizado por apostilamento, salvo se coincidente com termo aditivo para o fim de prorrogação de vigência ou alteração contratual.

9.13. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente locação, o LOCADOR aceita negociar a adoção de preço compatível ao mercado de locação no município em que se situa o imóvel.

10. DA UNIDADE REQUISITANTE

10.1. A presente locação tem como Unidade Requisitante o **FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNDEB**, inscrito no CNPJ sob o nº **18.172.388/0001-73**, neste ato representado por **João Pedro Freitas da Silva Filho**, a quem compete a solicitação, acompanhamento e fiscalização da utilização do imóvel objeto deste contrato, observando-se as disposições legais e regulamentares aplicáveis à Administração Pública.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Conforme atendido a solicitação feita ao departamento contábil deste município, existe recursos com as classificações ordinárias para fazer face a despesa requisitada:

02 – Executivo	
Unidade Orçamentária	2101 – Fundo de Manutenção e Desenv. Da Educação Básica
Função	12 – Educação
Sub - Função	361 – Ensino Fundamental
Programa	1012 – Desenvolvimento e Manutenção do ensino Fundamental
Projeto Atividade	2.093 – Manutenção e Desenv. da Educação Básica – Fundeb 30%
Classificação Econômica	3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física
Fonte de Recurso	1540000000 – Transf. do Fundeb – Impostos



12. DA FORMALIZAÇÃO, FUNDAMENTAÇÃO E VIGÊNCIA

12.1. Poderá ser lavrado instrumento contratual que terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

12.2. Para elaboração deste termo de referência, foram observados às seguintes normas de regência:

12.2.1. Lei Federal nº 14.133/2021: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

12.2.2. Lei Federal nº 12.846/2013: Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

12.2.3. Demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente, no que couber.

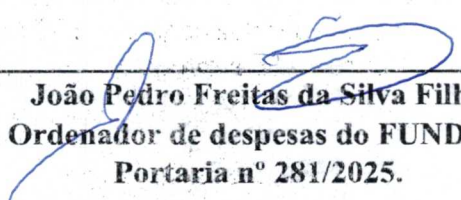
12.3. Poderá ser lavrado instrumento contratual, o qual terá vigência até de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, nos termos da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por interesse das partes, por meio de Termo Aditivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas e suprimidas pela SEMED.

13.1.2 A recusa injustificada do contratado em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

13.2. Encaminha-se o processo para o setor superior competente, para que seja efetivada a formalização da demanda solicitada.


João Pedro Freitas da Silva Filho
Ordenador de despesas do FUNDEB
Portaria nº 281/2025.

CONTRATO Nº ____/2026

INEXIGIBILIDADE Nº ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1.323/2026

Contratação direta para locação de 01 (um) imóvel para abrigar as instalações destinadas ao funcionamento, de forma provisória da U.I. SANTO ANTONIO - (PONTO 03), localizada na Rua São José, nº 39, bairro Vila Nenzinho, zona Urbana, no município de Barra do Corda-MA.

O MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA - MA, O MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA - MA, sob o CNPJ N.º 06.769.798/0001-17, através do Fundo Municipal de Educação CNPJ N.º 18.172.388/0001-73, neste ato representado pelo Secretário Interino de Educação o Sr. JOÃO PEDRO FREITAS DA SILVA FILHO, portador do CPF: 569.930.214-04, residente e domiciliado na Rua Fortunato Fialho, N.º 353, Centro, Barra do Corda - MA, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado a empresa XXXXX, com o CNPJ ou CPF de nº XXXXXXXXXX, localizada na Rua XXXXXXXXXXXXX, este ato representada pelo procurador o Sr. XXXXX, portador do RG nº XXXXXX SSP/MA CPF nº XXXXX, Doravante denominada CONTRATADA. Celebram o presente Contrato, do qual é parte integrante a proposta apresentada pelo CONTRATADO, constante do Processo Licitatório de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO XX/2026, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA às normas disciplinares na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL (art.92, I e II)

1.1. O presente instrumento tem por objeto com a Contratação direta para locação de 01 (um) imóvel para abrigar as instalações destinadas ao funcionamento, de forma provisória da U.I. SANTO ANTONIO - (PONTO 03), localizada na Rua São José, nº 39, bairro Vila Nenzinho, zona Urbana, no município de Barra do Corda-MA..

1.2.

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Ite m	Descrição	Unidade	Quant.	Percentual de êxito	R\$ Total
1	locação de 01 (um) imóvel para abrigar as instalações destinadas ao funcionamento, de forma provisória da U.I. SANTO ANTONIO - (PONTO 03), localizada na Rua São José, nº 39, bairro Vila Nenzinho, zona Urbana, no município de Barra do Corda-MA., atendendo à Secretaria de Educação de Barra do Corda-SEMED	mês	12	2.200,00	26.400,00
VALOR TOTAL				26.400,00	

1.2. Este contrato fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 141/2023 e suas alterações posteriores. O respaldo legal encontra-se no disposto no artigo 74, inciso V da Lei 14.133/2021, por se tratar de inviabilidade de competição, dada as características intrínsecas do imóvel, considerando ainda que após laudo técnico constatou-se que o valor pactuado está em conformidade com o valor de mercado da região, ficando devidamente justificado o motivo da escola do imóvel e cumprindo com todos os pressupostos legais.

1.3. O fornecimento do objeto deste Contrato, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

1.3.1. Proposta da LOCADORA referente a **INEXIGIBILIDADE Nº XX/2026**.

1.3.2. Procedimento de **INEXIGIBILIDADE Nº xx/2026**, ao qual este instrumento é vinculado.

1.3.3. Termo de Referência.

1.4. Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do padrão da técnica atual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Pela locação do imóvel descrito na cláusula do termo de referência o LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR a importância mensal de **R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)**, totalizando um valor de **R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais) anual**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO

3.1. A entrega do imóvel será imediatamente após assinatura do contrato, depois de realizada a vistoria pelo gestor do contrato em conjunto com a locadora.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento do aluguel será mensal, por meio de Ordem Bancária, em até 30 (trinta) dias, após a requisição do pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

5.1. O prazo de **vigência da contratação será de 12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. O contrato deverá ser executado de acordo com os prazos consignados no Termo de Referência.

5.3 O imóvel será entregue imediatamente após a assinatura do contrato.

5.4. Durante a vigência do contrato, é vedado ao LOCADOR contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Barra do Corda/MA deste exercício, na DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

I. Classificação Orçamentária: Fundeb

Unidade Orçamentária - 2101- Fundo de manutenção e Desenv. Da Educação Básica

Função - 12 - Educação

Sub-função - 361- Ensino Fundamental

Programa - 1012 - Desenvolvimento e manutenção do ensino fundamental

Projeto Atividade - 2.093 - Manutenção e desenv. Da educação básica - Fundeb30%

Classificação Econômica - 3.3.90.36.00 - Outros serv. De terceiros pessoa física

Fonte de Recurso - 1540000000 - Transf. Do Fundeb - impostos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

7.1. SÃO OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO:

7.1.1. Receber o imóvel locado em locação, e cumprir, no que couber e sem restrição o disposto no Art. 22 da Lei nº 8.245/91;

7.1.2. Não efetuar modificações no imóvel sem autorização do LOCADOR, facultando-lhe, desde já, vistoriar o mesmo quando julgar conveniente;

7.1.3. Efetuar o pagamento dos alugueis, na forma e nas condições acima avençadas, bem como arcar com os acréscimos no caso de pagamento em atraso;

7.1.4. Comprovar, sempre que solicitado pelo LOCADOR, o pagamento das despesas especificadas no item anterior;

7.1.5. O LOCATÁRIO declara ter vistoriado o imóvel objeto desta locação e verifica que o mesmo se encontra em perfeito estado de conservação e limpeza, comprometendo se a assim devolvê-lo quando funda ou rescindida a locação;

7.1.6. Todos os estragos porventura verificados no imóvel deverão ser reparados pelo LOCATÁRIO;

7.1.7. O LOCATÁRIO desde já facultam ao LOCADOR ou a seu representante devidamente credenciado para este fim, a examinar ou vistoriar o imóvel em questão, mediante autorização prévia deste ente público;

7.1.8. Informar ao LOCADOR, 30 (trinta) dias antes do vencimento do contrato, o interesse de renovação;

7.1.9. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado na data do início da locação, uma vez verificado o atendimento integral das especificações contratadas;

7.1.10. Entregar o imóvel ao fim da locação em perfeito estado de conservação e limpeza, conforme condições constatadas em vistoria técnica;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

8.2.1. Disponibilizar o imóvel acima descrito nos prazos e condições estipuladas neste contrato, e cumprir, sem restrição e no que couber, o disposto no Art. 22 da Lei nº 8.245/91;

8.2.2. Permitir o uso livre do mesmo, desde que o uso seja compatível com a finalidade da locação;

8.2.3. Prestar os esclarecimentos necessários sobre o prédio e assuntos a ele inerentes sempre que for solicitado pelo LOCATÁRIO;

8.2.4. Arcar com despesas de qualquer natureza que não estejam compreendidas naquelas de obrigação do LOCATÁRIO, geradas antes, durante ou após o prazo de locação do imóvel;

8.2.5. Não promover, durante a vigência do contrato, modificações no imóvel objeto deste instrumento sem autorização do LOCATÁRIO, especialmente aquelas que possam alterar as condições de utilização do mesmo em razão da necessidade de instalação;

8.2.5.1. Promover vistorias de modo a não atrapalhar as regulares atividades desenvolvidas pelo LOCATÁRIO;

8.2.6. Receber e dar quitação nos pagamentos efetuados pelo LOCATÁRIO;

8.2.7. No caso do imóvel objeto deste contrato ser colocado à venda, dar preferência de compra ao LOCATÁRIO, sob pena de nulidade do negócio;

8.2.8. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e em estrita observância às especificações contidas nesse Termo de Referência;

8.2.9. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;

8.2.10. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

8.2.10. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

8.2.11. Auxiliar o LOCATÁRIO na descrição minuciosa do estado do imóvel, quando da realização da vistoria;

8.2.12. Fornecer o LOCATÁRIO recibo discriminando as importâncias pagas;

8.2.13. Pagar as taxas de administração imobiliária, se houver, e de intermediações, nestas compreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente;

8.2.14. Entregar os serviços objeto da presente contratação dentro do prazo constante em sua proposta;

8.2.15. Pagar os impostos, especialmente Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU e taxas, incidentes sobre o imóvel;

8.2.16. Entregar, em perfeito estado de funcionamento o sistema de combate a incêndio, bem como o sistema hidráulico e a rede elétrica (comum e estabilizada);

8.2.17. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação (habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista) e qualificação exigidas no processo licitatório de inexigibilidade, bem como as condições de contratar com a Administração Pública, sob pena de aplicação das sanções administrativas por descumprimento de cláusula contratual;

8.2.18. Informar ao LOCATÁRIO quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente;

8.2.19. Responsabilizar-se com a limpeza de todos os ambientes utilizados, entregando os mesmos em condições higiênicas para o perfeito uso;

8.2.28. As despesas decorrentes de danos causados por fenômenos naturais ou por sinistro serão por conta do LOCADOR.

8.2.29. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Comete infração administrativa o LOCADOR que cometer quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à LOCATÁRIA, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os

fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada considerando as seguintes proporções:

11.2.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços/obras, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

11.2.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o subitem anterior, na entrega de material ou execução de serviço, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante, limitado à 20% (vinte por cento) do valor total da avença;

11.3. O fornecedor ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.3.1. Advertência, pela falta o subitem

18.1.1, quando não se justificar penalidade mais grave;

11.3.2. Multa Compensatória de:

a) de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nos subitens 11.1.1, 11.1.4 e 11.1.6;

b) de 10% (dez por cento) até 20% (quinze por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nos subitens 11.1.3, 11.1.5, 11.1.7;

c) de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nos subitens 11.1.2 e de 11.1.8 a 11.1.12;

11.3.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.4. A sanção de multa moratória prevista pelo item 11.2 não impede a aplicação da multa compensatória prevista pelo item 11.3.2 deste edital.

11.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela LOCATÁRIA a LOCADORA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.7. A aplicação das sanções previstas neste edital, em hipótese alguma, atenua a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.8. Em qualquer caso de aplicação de sanção, será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa da CONTRATADA

11.9. Na aplicação das penalidades previstas neste edital deverão ser observadas todas as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PRERROGATIVAS

13.1. O LOCADOR reconhece os direitos do LOCATÁRIO relativos ao presente Contrato e à rescisão administrativa de que trata o art. 104 da Lei nº. 14.133/2021, bem como as prerrogativas abaixo elencados:

13.1.1 modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da LOCATÁRIA;

13.1.2 extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

13.1.3 fiscalizar sua execução;

13.1.4 aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

13.1.5 ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

13.1.5.1 risco à prestação de serviços essenciais;

13.1.5.2 necessidades de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo LOCADOR, inclusive após extinção do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO, REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência dos fatos estipulados no artigo 124, da Lei nº 14.133/21.

14.2. É admissível a alteração subjetiva do contrato proveniente da fusão, cisão ou incorporação do LOCADOR com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica:

14.2.1. Todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

14.2.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

14.2.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e

14.2.4. Haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato;

14.3. O LOCADOR é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5. Do Reajuste.

14.5.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

14.5.2 Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC/IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.5.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.5.4 No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, a LOCATÁRIA pagará o LOCADOR a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos.

14.5.5 Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

14.5.6 Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

14.5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.5.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14.6. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro:

14.6.1 Com fundamento no disposto pelo art. 124, II, "d" da Lei 14.133/21, o valor do contrato poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

14.6.2. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser instruídos com documentos que comprovem a ocorrência de algumas das situações previstas pelo item anterior.

14.6.3. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser apreciados pela administração, a qual deve emitir laudo técnico ou instrumento equivalente, expedido pelo setor competente, por meio do qual é certificado se o fato ou ato ocorrido repercutiu nos preços pactuados no contrato;

14.6.4. Na análise dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não deve ser avaliada a margem de lucro da empresa, mas sim se o fato superveniente é capaz de trazer impactos financeiros que inviabilizem ou impeçam a execução do contrato pelo preço firmado inicialmente.

14.6.5. O reequilíbrio econômico-financeiro será realizado por aditivo contratual.

14.7. Nos casos de revisão de preços, poderão ser concedidos, caso haja motivo relevante, que importe na variação substancial do custo de execução do serviço junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pelo LOCADOR.

14.8. Somente haverá revisão de valor quando o motivo for notório e de amplo conhecimento da sociedade, não se enquadrando nesta hipótese simples mudança de fornecedor ou de distribuidora por parte do LOCADOR;

14.9. Os reajustes e reequilíbrio serão promovidos levando-se em conta apenas o saldo não retirado, e não servirão, em hipótese alguma, para ampliação de margem de lucro.

14.10. Os reajustes e reequilíbrio dos preços não ficarão adstritas a aumento, devendo o LOCADOR repassar a LOCATÁRIA as reduções que possivelmente venham ocorrer em seus respectivos percentuais.

14.11 Tais recomposições poderão ser espontaneamente ofertadas pelo LOCADOR ou requeridas pela LOCATÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

15.1. O LOCADOR deverá observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a Lei nº 14.133/21 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS VEDAÇÕES

16.1. É vedado o LOCADOR:

16.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

16.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da LOCATÁRIO, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE

17.1. Caberá o LOCATÁRIO providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos, no Portal Nacional de Contratações e sítio oficial da internet, observados os prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. As despesas resultantes da publicação deste Contrato e de seus eventuais aditivos, correrão por conta do LOCATÁRIO.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

18.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

18.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

18.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o LOCATÁRIO e o LOCADOR, e entre esta e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

18.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o LOCATÁRIO, para a execução do serviço objeto deste contrato, deterá acesso a dados pessoais dos representantes do LOCADOR, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

18.4. O LOCADOR declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo LOCATÁRIO.

18.5. O LOCADOR fica obrigada a comunicar ao LOCATÁRIO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento

inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

18.5.1. A comunicação não exime o LOCADOR das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

18.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

19.1. A execução do presente contrato e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, bem como os Decretos Federais e Municipais que a regulamentam, Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), lei nº 8.078/1990 e demais legislações aplicáveis ao caso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - O LOCADOR do imóvel caso solicite a rescisão do contrato de locação firmado com o Município sem justo motivo dentro do prazo de vigência do instrumento, responderá judicialmente pelos prejuízos causados aos ao ente, em virtude das benfeitorias realizadas no imóvel locado pelo Município, considerando que as Instituições são auditadas pelos órgãos de controle e possuem legislação com critérios rigorosos a serem respeitados, devendo estar claro para o Locador a integralidade do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre as Instituições e o Município de Barra do Corda/MA, aprovado por meio de legislação municipal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

21.1. A execução do presente Contrato será fiscalizada pelo Sr. **RAFAEL SANTOS ARRUDA**, Portaria nº 129/2025, representante da LOCATÁRIA.

21.2. O servidor referido anotarà, em registro, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regulamentação das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. O Foro da Comarca de Barra do Corda/MA é competente para dirimir questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Barra do Corda/MA, xx de ____ de 2026.

JOÃO PEDRO FREITAS DA SILVA FILHO
Secretário Interino de Educação
CONTRATANTE



CONTRATADO

Testemunhas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF nº xx

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF nº xx

SOLICITAÇÃO DE ANÁLISE E PARECER JURÍDICO**DA:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/BARRA DO CORDA/MA**PARA:** Assessoria Jurídica da CPL/ BARRA DO CORDA/MA**ASSUNTO:** SOLICITAÇÃO DE ANÁLISE E PARECER**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.323/2026/ BARRA DO CORDA/MA**

Em cumprimento às disposições contidas Artigo 72, Inciso III, da Lei Federal Nº. 14.133/2021, encaminho os autos do Processo Administrativo a Vossa Senhoria, cujo conteúdo trata do Procedimento do **PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE**, que tem por objeto **Contratação direta para locação de 01 (um) imóvel para abrigar as instalações destinadas ao funcionamento, de forma provisória da U.I. SANTO ANTONIO – (PONTO 03), localizada na Rua São José, nº 39, bairro Vila Nenzinho, zona Urbana, no município de Barra do Corda-MA**, submetendo todo o processo, respectiva minuta do contrato, anexos e demais instrumentos pertinentes para exame e emissão de posicionamento jurídico legal sobre a prática do ato, à luz das exigências da lei retro em aplicação subsidiária.

Barra do Corda/MA, em 09 de abril de 2026.
JOÃO PEDRO FREITAS DA SILVA FILHO
Secretário Municipal de Educação
CONTRATANTE

**REF. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº ____/2026****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.323/2026.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DIRETA PARA LOCAÇÃO DE 01(UM) IMÓVEL PARA ABRIGAR AS INSTALAÇÕES DESTINADAS AO FUNCIONAMENTO, DE FORMA PROVISÓRIA DA U.I. SANTO ANTONIO –(PONTO 03), LOCALIZADA NA RUA SÃO JOSÉ, Nº 39, BAIRRO VILA NENZINHO, ZONA URBANA, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA-MA.

PARECER JURÍDICO

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LEI Nº 14.133/2021. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO.

I – DO RELATÓRIO

Trata-se de consulta encaminhada pela Secretaria de Educação, por intermédio da Agente de Contratação da Comissão Permanente de Licitação para análise e emissão de parecer jurídico atinente ao procedimento administrativo na modalidade inexigibilidade de licitação, cujo objeto é a contratação direta para locação de 01(um) imóvel para abrigar as instalações destinadas ao funcionamento, de forma provisória da U.I. Santo Antônio –(ponto 03), localizada na Rua São José, nº 39, bairro Vila Nenzinho, zona urbana, no município de Barra do Corda-MA.

A presente manifestação tem por objetivo esmiuçar requisitos e ponderações a respeito da celebração de contrato de locação pelo



Secretaria Municipal de Educação de Barra do Corda/MA, com fundamento no art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, que versa sobre a contratação direta por inexigibilidade de licitação para aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Ademais, cumpre informar que a Secretaria Municipal de Educação do Município de Barra do Corda-MA, através do referido procedimento administrativo na modalidade inexigibilidade de licitação, visa a *contratação direta para locação de 01(um) imóvel para abrigar as instalações destinadas ao funcionamento, de forma provisória do anexo embala bebê, localizada na Av. Pedro Neiva de Santana, s/n, Bairro Altamira, no Município de Barra do Corda-MA.*

Importante destacar que a finalidade da locação é única e exclusiva para atender ao interesse Público, considerando que trata-se das reais necessidades para desenvolvimento das atividades da entidade.

Além disso, é importante destacar que o referido proprietário e o imóvel se encontram aptos para a assinatura do instrumento contratual, conforme regularidade jurídica e qualificação técnica apensada aos autos, rigorosamente analisados.

Ao final, importante informar o valor da referida contratação, o qual seja: 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) mensais, a despesa por 12(doze) meses está estimada em torno de R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais).

02. O Processo Administrativo encontra-se devidamente instruído:

- * Protocolado e Autuado;
- * Laudo do Imóvel;
- * Declaração de Posse com firma Reconhecida;
- * Disponibilidade de Dotação Orçamentaria;
- * Termo de Referência;

Dalana Vital da Silva
Assessora Jurídica
Comissão Permanente de Licitação - CPL



* Autorização da Autoridade Superior para a abertura do Processo de Contratação.

É o breve relatório. Passamos a análise jurídica.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA:

03. Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica da Pasta vem por meio deste apresentar parecer acerca da pretensão postulada pelo interessado, bem como verificação da análise dos autos, com base nos dispositivos legais e em conformidade com o atual entendimento jurisprudencial dos Tribunais.

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer, é de ser verificado que a condução da análise técnica jurídica é vinculada à atividade prevista legalmente da função da advocacia, em especial conforme disposto na Lei Federal n. 8.906/94, que estabelece o Estatuto da Advocacia e da OAB.

Nesta forma, para a confecção do presente instrumento, é de ser observada a intenção do profissional e o seu caráter opinativo (Art. 2º, § 3º da Lei referida), corroborado este entendimento pela liberdade administrativa do responsável, gestor, já que este poderá ou não seguir a opinião técnica segundo sua conveniência e finalidade.

Cumpra esclarecer que o parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo, e sim uma opinião emitida pelo operador do Direito, opinião técnico-jurídica que orientou o administrador na tomada de decisão, na prática do ato administrativo.

Trata-se, assim, de opinião não vinculante, a qual o administrador não estava adstrito. Esse entendimento é compartilhado por Hely Lopes Meirelles, que pontua:

“O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculado a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já então, o que subsiste como ato administrativo não é parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação” [2]

Perfilha, ainda, a mesma posição, a professora Maria Silva Zanella Di Pietro, que assevera:

“Quando a lei o exige como pressuposto para a prática de ato final. A obrigatoriedade diz respeito à solicitação do parecer (o que não lhe imprime caráter vinculante). Por exemplo, uma



lei que exija parecer jurídico sobre todos os recursos encaminhados ao chefe do Executivo; embora haja obrigatoriedade de ser emitido o parecer sob pena de ilegalidade do ato final, ele não perde o seu caráter opinativo".

Neste sentido, cabe a ressalva técnica de que ao gestor público é livre na condução da Administração Pública, subordinando-se, contudo, às vertentes das normas de regência, em especial, os Princípios Constitucionais do Direito Administrativo.

Assim, considerando a presente peça como opinião técnica, cabe ao gestor proceder aos demais atos conforme sua conveniência, ficando o mesmo livre para deferir ou indeferir o pedido formulado nestes autos pelo Interessado, independentemente da opinião final do presente parecer.

Portanto, passa-se à análise dos aspectos relacionados às orientações jurídicas ora perquiridas.

I – DA FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em capítulo reservado aos Princípios Gerais da Atividade Econômica, notadamente em seu art. 175, condicionou a prestação de serviços públicos à realização de prévio procedimento licitatório. De outro lado, a própria Carta Magna, em capítulo destinado à Administração Pública, ressalva casos em que a legislação infraconstitucional confere ao Poder Público a faculdade de contratar sem a necessidade de tal procedimento, conforme se depreende do inciso XXI do art. 37, abaixo transcrito:

Art. 37. Omissis
(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso).

De tal missão se encarregou a Lei nº 14.133/2021, mais conhecida como a Nova Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos – NLLCA que regulamenta as Licitações e Contratações Públicas.



A referida Lei nº 14.133/2021, excepcionou, em seu art. 75, inciso V, a regra para a presente Licitação por procedimento de inexigibilidade, ora em razão de situações de flagrante excepcionalidade, onde a licitação, em tese, seria possível, entretanto, pela particularidade do caso, o interesse público a julgaria inconveniente, como é o caso da presente inexigibilidade, tendo em vista a particularidades dos serviços almejado pela secretaria em questão, vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

V - Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

O inciso V do supracitado art. 74 prevê a inexigibilidade para a contratação cujas características sejam "aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha", que é o caso em tela, visto que somente o presente imóvel, dispõe das características almejadas para suprir o interesse público, de acordo com as características técnicas apensada aos autos.

Com efeito, percebe-se que o objeto da presente contratação não se trata de um serviço geral, onde qualquer imóvel satisfaria as necessidades da Secretaria Municipal de Educação- Barra do Corda-MA.

Trata-se, sim, de demanda especializada, cuja o caminho da futura celebração do contrato está devidamente justificado, dado a particularidade do interesse público nesse caso específico.

III- CONCLUSÃO

Cumprе salientar que esta Assessoria Jurídica emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnicos-administrativa. Além disso, este parecer possui caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do gestor.

Ex positis, com fulcro nas disposições normativas pertinentes, esta Assessoria manifesta-se pela legalidade do processo administrativo em



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA /MA.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

RUA ISAAC MARTINS Nº 371 – CENTRO – CEP: 65.950.000

CNPJ: 06.769.798/0001-17

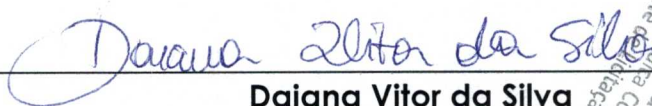


análise, OPINANDO pela possibilidade da Celebração do Contrato de Prestação de Locação.

Destarte, recomendamos que os presentes autos sejam encaminhados ao Controle Interno da Prefeitura Municipal de Barra do Corda-MA, para análise final do trâmite processual.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Barra do Corda (MA), 30 de Abril de 2026.



Daiana Vitor da Silva
OAB 20.458
Assessoria Jurídica/CPL/Barra do Corda/MA.



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA



Página 1/1

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

INICIAL

1. Responsável Técnico

FERNANDO DE LUCENA MOREIRA

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 1115175866

Registro: 1115175866MA

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA

RUA RUA ISAAC MARTINS

Complemento: PROX AO CORREIO

Cidade: BARRA DO CORDA

Bairro: CENTRO

UF: MA

CPF/CNPJ: 06.769.798/0001-17

Nº: 371

CEP: 65950000

Contrato: Não especificado

Valor: R\$ 2.200,00

Ação Institucional: Outros

Celebrado em:

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

3. Dados da Obra/Serviço

RUA SÃO JOSÉ

Complemento:

Cidade: BARRA DO CORDA

Data de Início: 10/02/2026

Finalidade:

Proprietário: FRANCISCO (FRANCISCO LUZ COSTA)

Bairro: VILA NENZIM

UF: MA

Previsão de término: 10/02/2027

Coordenadas Geográficas: -5.521972, -45.224958

Código: Não Especificado

Nº: 39

CEP: 65950000

CPF/CNPJ: ***.287.343-**

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração

66 - Laudo > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #1.1.1.4 - EM
MATERIAIS MISTOS

Quantidade

250,00

Unidade

m²

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ART REFERENTE A LAUDO, PARA PRECIFICAÇÃO DO VALOR DE ALUGUEL DE UM IMÓVEL LOCALIZADO: FRANCISCO LUZ COSTA, brasileiro, casado, lavrador, portador da CIRG nº 053651182014-0 SSP/MA e inscrito no CPF/MF nº. 745.287.343-20, residente domiciliado na Rua São José, casa 39, Vila Nenzim, Barra do Corda - MA.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004 e 9451/2018.

7. Entidade de Classe

SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local de data



Documento assinado eletronicamente
com credenciais de login e senha

FERNANDO DE LUCENA MOREIRA

RNP: 1115175866

Data: 19/05/2026 11:08:28

FERNANDO DE LUCENA MOREIRA - CPF: ***.048.523-**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA - CNPJ: 06.769.798/0001-17

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: R\$ 108,39

Registrada em: 24/02/2026

Valor pago: R\$ 108,39

Nosso Número: 8306875055

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ma.silac.com.br/publico/>, com a chave: Z3A62
Impresso em: 19/05/2026 às 11:08:28 por: , ip: 191.37.176.63

www.creama.org.br
Tel: (98) 2106-8300

atendimento@creama.org.br
Fax: (98) 2106-8303





PARECER DA CONTROLADORIA

EMENTA: PROCESSO 1323/2026 –
ASSUNTO GERAL: LOCAÇÃO DE
IMÓVEL PARA ABRIGAR AS
INSTALAÇÕES DESTINADAS AO
FUNCIONAMENTO, DE FORMA
PROVISÓRIA, DA U. I. SANTO
ANTONIO (PONTO 03), LOCALIZADA
NA RUA SÃO JOSÉ, Nº 39, VILA
NENZINHO, ZONA URBANA DO
MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA-MA.
INTERESSADO: SECRETARIA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE.
ANÁLISE DA FASE INTERNA PELA
CGM DE BARRA DO CORDA-MA.

I – RELATÓRIO

Vem a exame da Controladoria Geral do Município, o processo nº **1323/2026**, que tem como interessado as Secretaria Municipal de educação, cujo objeto é LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR AS INSTALAÇÕES DESTINADAS AO FUNCIONAMENTO, DE FORMA PROVISÓRIA, DA U. I. SANTO ANTONIO (PONTO 03), LOCALIZADA NA RUA SÃO JOSÉ, Nº 39, VILA NENZINHO, ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA-MA, na modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Assim sendo, o Órgão de Controle Interno do Município de Barra do Corda, atendendo ao que determina o art. 74. da Constituição Federal de 1988, bem como as competências na legislação municipal, a quem incumbe “*realizar o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial das entidades da Administração Direta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas*”, bem como “*examinar os atos administrativos praticados e as obrigações assumidas pelo Município que derem origem à despesa*” e “*realizar auditorias técnicas e administrativas objetivando o controle legal, de mérito e técnico*”, apresenta a análise e a respectiva manifestação, conforme a seguir.

II – ANÁLISE

Destaca-se, preliminarmente, que a auditoria da fase interna ou preparatória do processo licitatório, instrumento de controle concomitante da ação administrativa, visa identificar o atendimento das exigências ditadas na Lei n.º 14.133/2021 e a regularidade da publicidade.

Andersen Pereira Gomes
Controlador Geral Interno do Município
Portaria 203/2025



O aludido processo administrativo encontra-se instruído conforme exposto na seção Formalização, Modalidade adotada e Edital.

II.I – FORMALIZAÇÃO

Os autos encontram-se formalizados até a presente data com a documentação a seguir, com análise realizada por esta Controladoria embasada no artigo 74, inciso V da Lei 14.133/2021:

- Abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado sob o número **1323/2026**;
- Documento de Formalização de Demanda – DFD;
- Portaria do Secretário Solicitante;
- Portaria de Fiscal de Contrato;
- Portaria 548 designando agente de contratação, equipe de apoio e pregoeiro do Município;
- Proposta de locação;
- Proposta de locação do imóvel;
- Laudo técnico de vistoria avaliação de imóvel;
- Imagens do imóvel;
- ART;
- Documentos de habilitação;
- Autorização para envio dos autos ao setor de COMPRAS para análise da avaliação do imóvel solicitado;
- Despacho do setor de compras solicitando dotação orçamentária com despesa prevista em **R\$ 2.200,00** (dois mil e duzentos ao mês) durante 12 (doze) meses, totalizando o valor global de **R\$ 26.400,00** (vinte e seis mil e quatrocentos reais anual);
- Dotação orçamentária;
- Termo de Referência;
- Solicitação de Análise e Parecer Jurídico;
- Minuta do Contrato;
- Parecer jurídico aprovando a minuta do contrato.

III – CONCLUSÃO

Considerando todo o exposto, após auditoria realizada por esta CGM, à luz da



lei vigente, recomenda-se a atualização das certidões de regularidade fiscais e considerando a juntada de toda documentação pertinente, declaro CONFORMIDADE REGULAR do processo, devendo este ser encaminhado a autoridade competente para o prosseguimento do feito.

Este é o parecer, s.m.j.

Barra do Corda – MA, 09 de junho de 2026.


Anderson Pereira Gomes
Controlador Geral Interino do Município
Portaria 203/2025
Anderson Pereira Gomes
Controlador Geral Interino do Município
Portaria nº 203/2025



PORTARIA Nº 203/2025 – GAB. DE 09 DE ABRIL DE 2025.

"NOMEIA OCUPANTE PARA O CARGO EM
COMISSÃO DE CONTROLADOR GERAL INTERINO
DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA – MA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA, ESTADO DO
MARANHÃO, RIGO ALBERTO TELES DE SOUSA, no uso de suas atribuições
legais, conferida pela Lei Orgânica do Município.

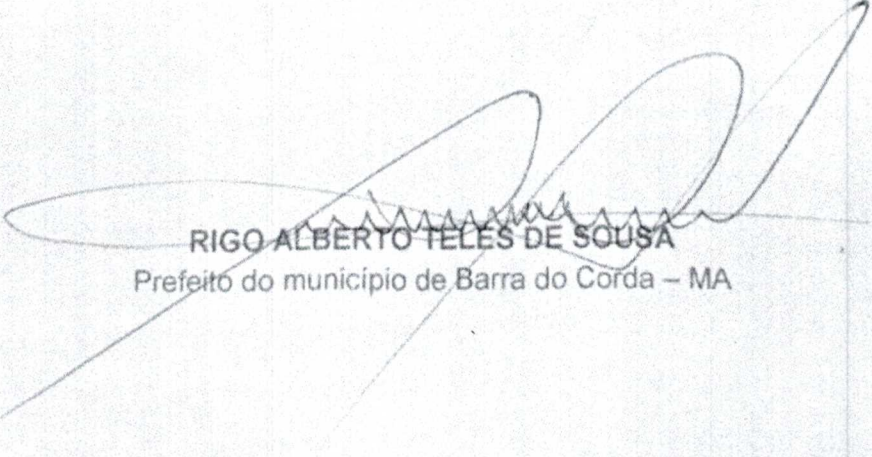
RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, ANDERSON PEREIRA GOMES, inscrito no CPF sob o
nº 609.417.893-90, para exercer o cargo em comissão de **CONTROLADOR GERAL
INTERINO DO MUNICÍPIO** de Barra do Corda – MA.

Artigo 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Corda, Estado do Maranhão, aos
dias nove de abril de dois mil e vinte e cinco.

Dê-se Ciência.
Publique-se e Cumpra-se.


RIGO ALBERTO TELES DE SOUSA
Prefeito do município de Barra do Corda – MA

Rua Isaac Martins, nº 371 - Centro - 65950-000 - Barra do Corda - MA
CNPJ: 06.769.798/0001-17

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 022/2026 /Barra do Corda/ MA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.323/2026/Barra do Corda/ MA

OBJETO: Contratação direta para locação de 01 (um) imóvel para abrigar as instalações destinadas ao funcionamento, de forma provisória da U.I. SANTO ANTONIO – (PONTO 03), localizada na Rua São José, nº 39, bairro Vila Nenzinho, zona Urbana, no município de Barra do Corda-MA.

AMPARO LEGAL: Artigo 74, inciso V, da Lei 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Orçamentária – 2101- Fundo de manutenção e Desenv. Da Educação Básica

Função – 12 – Educação

Sub-função – 361- Ensino Fundamental

Programa – 1012 – Desenvolvimento e manutenção do ensino fundamental

Projeto Atividade – 2.093 – Manutenção e desenv. Da educação básica – Fundeb30%

Classificação Econômica – 3.3.90.36.00 – Outros serv. De terceiros pessoa física

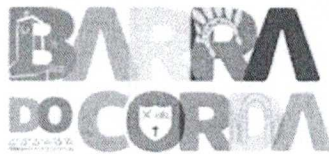
Fonte de Recurso – 1540000000 – Transf. Do Fundeb - impostos.

RATIFICO a Contratação Direta por inexigibilidade de Licitação, respaldada no inciso V, do artigo 74, da Lei nº 14.133/21 e, **AUTORIZO**, nos termos do Parecer Jurídico e da Controladoria Geral do Município, a contratação direta por inexigibilidade de licitação, do objeto acima especificado com a Pessoa Física, **FRANCISCO LUZ COSTA**, inscrito no CPF de nº 745.287.343-20, no valor mensal de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), totalizando um valor de R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais) anual, referente ao período de 12 (doze) meses de vigência de contrato, a contar da assinatura do contrato.

Barra do Corda-MA, 10 de junho de 2026.



JOÃO PEDRO FREITAS DA SILVA FILHO
Secretário Interino de Educação



EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº. 022/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.323/2026 – PMBBDC/MA.

O MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA, por meio do Fundo Municipal de Educação CNPJ Nº 18.172.388/0001-73, que, nos termos do Artigo 74, inciso V, da Lei 14.133/2021, o Sr. **JOÃO PEDRO FREITAS DA SILVA FILHO**, Secretário Municipal de Educação, RATIFICOU a **INEXIGIBILIDADE Nº. 022/2026**, com fulcro na justificativa técnica e pareceres constantes nos autos do **Processo Administrativo nº 1.323/2026 – PMBBDC/MA**. Objeto: **Contratação direta para locação de 01 (um) imóvel para abrigar as instalações destinadas ao funcionamento, de forma provisória da U.I. SANTO ANTONIO – (PONTO 03), localizada na Rua São José, nº 39, bairro Vila Nenzinho, zona Urbana, no município de Barra do Corda-MA.** Unidade Orçamentária – 2101- Fundo de manutenção e Desenv. Da Educação Básica. Função – 12 – Educação. Sub-função – 361- Ensino Fundamental. Programa – 1012 – Desenvolvimento e manutenção do ensino fundamental. Projeto Atividade – 2.093 – Manutenção e desenv. Da educação básica – Fundeb30%. Classificação Econômica – 3.3.90.36.00 – Outros serv. De terceiros pessoa física. Fonte de Recurso – 1540000000 – Transf. Do Fundeb - impostos. Vigência: O prazo de **vigência da contratação será de 12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Contratada: **FRANCISCO LUZ COSTA**, inscrito no CPF de nº **745.287.343-20**, no Valor mensal de **R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)**, totalizando um valor de **R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais) anual**. Fundamento Legal: Art. 74, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA: Barra do Corda/MA, 10 de junho de 2026.

ASS: Secretário Municipal de Educação/Barra do Corda – MA.

Publicado por: Eliana Reis Vieira

Código identificador: 9ba0ucpi20260611140621



EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO nº 314/ 2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 022/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.323/2026 – Barra do Corda/MA. OBJETO: Contratação direta para locação de 01 (um) imóvel para abrigar as instalações destinadas ao funcionamento, de forma provisória da U.I. SANTO ANTONIO – (PONTO 03), localizada na Rua São José, nº 39, bairro Vila Nenzinho, zona Urbana, no município de Barra do Corda-MA. INEXIGIBILIDADE Nº. 022/2026. Contratado: FRANCISCO LUZ COSTA, inscrito no CPF de nº 745.287.343-20. Contratante: sob o CNPJ N.º 06.769.798/0001-17, através do Fundo Municipal de Educação CNPJ Nº 18.172.388/0001-73. Valor mensal de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), totalizando um valor de R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais) anual. Unidade Orçamentária – 2101- Fundo de manutenção e Desenv. Da Educação Básica. Função – 12 – Educação. Sub-função – 361- Ensino Fundamental. Programa – 1012 – Desenvolvimento e manutenção do ensino fundamental. Projeto Atividade – 2.093 – Manutenção e desenv. Da educação básica – Fundeb30%. Classificação Econômica – 3.3.90.36.00 – Outros serv. De terceiros pessoa física. Fonte de Recurso – 1540000000 – Transf. Do Fundeb - impostos. Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. DATA: Barra do Corda (MA), 10 de junho de 2026. ASS: JOÃO PEDRO FREITAS DA SILVA FILHO. CARG: Secretário Municipal de Educação/Barra do Corda – MA.

Publicado por: Eliana Reis Vieira
Agente Administrativo

Código identificador: vahsoi7rjzr20260611130608

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº. 022/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.323/2026 – PMBBDC/MA.

O MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA, por meio do Fundo Municipal de Educação CNPJ Nº 18.172.388/0001-73, que, nos termos do Artigo 74, inciso V, da Lei 14.133/2021, o Sr. JOÃO PEDRO FREITAS DA SILVA FILHO, Secretário Municipal de Educação, RATIFICOU a INEXIGIBILIDADE Nº. 022/2026, com fulcro na justificativa técnica e pareceres constantes nos autos do Processo Administrativo nº 1.323/2026 – PMBBDC/MA. Objeto: Contratação direta para locação de 01 (um) imóvel para abrigar as instalações destinadas ao funcionamento, de forma provisória da U.I. SANTO ANTONIO – (PONTO 03), localizada na Rua São José, nº 39, bairro Vila Nenzinho, zona Urbana, no município de Barra do Corda-MA. Unidade Orçamentária – 2101- Fundo de manutenção e Desenv. Da Educação Básica. Função – 12 – Educação. Sub-função – 361- Ensino Fundamental. Programa – 1012 – Desenvolvimento e manutenção do ensino fundamental. Projeto Atividade – 2.093 – Manutenção e desenv. Da educação básica – Fundeb30%. Classificação Econômica – 3.3.90.36.00 – Outros serv. De terceiros pessoa física. Fonte de Recurso – 1540000000 – Transf. Do Fundeb - impostos. Vigência: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Contratada: FRANCISCO LUZ COSTA, inscrito no CPF de nº 745.287.343-20, no Valor mensal de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), totalizando um valor de R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais) anual. Fundamento Legal: Art. 74, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021. DATA: Barra do Corda/MA, 10 de junho de 2026. ASS: Secretário Municipal de Educação/Barra do Corda – MA.

Publicado por: Eliana Reis Vieira
Agente Administrativo

Código identificador: 1wyscca7wbp20260611130636



Ato que autoriza a Contratação Direta nº 022/2026

Última atualização 22/06/2026

Local: Barra do Corda/MA **Órgão:** MUNICIPIO DE BARRA DO CORDA

Unidade compradora: 166 - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, V

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

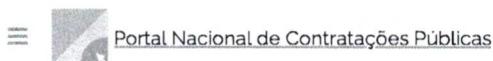
Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 22/06/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 06769798000117-1-000107/2026 **Fonte:** STARTGOV SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA

Objeto:

Contratação direta para locação de 01 (um) imóvel para abrigar as instalações destinadas ao funcionamento, de forma provisória da U.I. SANTO ANTONIO – (PONTO 03), localizada na Rua São José, nº 39, bairro Vila Nenzinho, zona Urbana, no município de Barra do Corda-MA.



R\$ 26.400,00

R\$ 26.400,00



Entrar

Itens

Arquivos

Atas de Registro de Preço

Contratos/Empenhos

Histórico

Nome

Data/Hora de Inclusão

Tipo

2 - MINUTA (1)

22/06/2026 - 08:56:46

Minuta do Contrato

RATIFICACAO

22/06/2026 - 08:56:55

Outros Documentos

Exibir:

5

1-2 de 2 itens

Página:

1

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado a divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.